

GABRIEL COELHO MENDONÇA

SENTIDOS SUBJETIVOS DE MORADORES DE RUA FRENTE
AO FUTURO

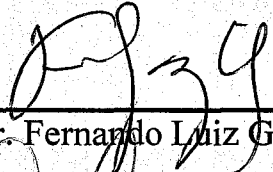
PUC-Campinas

2006

Gabriel Coelho Mendonça

Sentidos Subjetivos de Moradores de Rua Frente ao Futuro

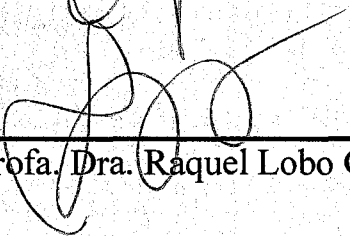
Banca Examinadora



Presidente Prof. Dr. Fernando Luiz González Rey



Prof. Dr. Odair Furtado



Profa. Dra. Raquel Lobo Guzo

PUC-Campinas

2006

Dedicatória

Dedico este trabalho a todos aqueles que de
alguma forma vivem à margem de nossa
sociedade.

Dedico, com maior intensidade, àqueles que
por opção levam uma vida marginal.
Afirmando com a própria vida que um outro
mundo é possível.

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, a meu orientador Professor Dr. Fernando Luiz González Rey pela paixão frente ao conhecimento. Agradeço, ainda, pela amizade e dedicação durante estes últimos dois anos.

Agradeço a Casa dos Amigos de São Francisco por me receberem de portas abertas, e a cada um dos moradores de rua que se expuseram à minha curiosidade.

Ao Cnpq, que possibilitou a realização desta pesquisa.

Agradeço, também, a toda a minha família em Goiânia, principalmente a minha mãe, Anita Maria Braga Coelho, e meu avô, Antônio Coelho Vaz, os quais não mediram esforços para me apoiarem nesta jornada.

Agradeço à minha família em Campinas, minha prima, Florianita Coelho Braga Campos, por me acolher em sua casa. E aos meus primos Daniel e Mauro, pela companhia e amizade, minimizando o impacto e a saudade de Goiás.

Agradeço, com muito carinho, a Mariana Ferreira de Abreu, por todo encantamento demonstrado a cada momento de minha aprendizagem, e por todos os momentos que passamos juntos.

Sumário

1 – Justificativa.....	pg. I
2 – Fundamentação Teórica.....	pg. 1
2.1 – População de rua população desconhecida.....	pg. 1
2.2 - O modo de produção, a assistência social e o futuro de moradores de rua.....	pg. 8
2.3 - Sujeito, sociedade e subjetividade.....	pg. 30
2.4 - A subjetividade sob um enfoque histórico-cultural.....	pg. 33
2.5 – Objetivos.....	pg. 40
3 – Metodologia.....	pg. 41
3.1 – Considerações Gerais.....	pg. 41
3.2 – Ambiente.....	pg. 47
3.3 – Sujeitos.....	pg. 50
3.4 – Instrumentos.....	pg. 51
4 – Construção da Informação.....	pg. 53
4.1 - A subjetivação da vida nas ruas.....	pg. 53
4.2 - A representação social do morador de rua e a subjetividade deste.....	pg. 63
4.3 - Sentidos subjetivos frente ao futuro.....	pg. 77

4.4 - Breve considerações acerca do papel das instituições assistenciais perante a construção do futuro de moradores de rua.....	pg. 88
5 – Conclusões.....	pg. 95
6 – Referências.....	pg. 98

1 - Justificativa

Meu interesse em relação à população de rua se iniciou com a experiência de ter obtido boa parte de minha renda pessoal como artista de rua durante dois anos. Durante este tempo entrei em contato com a realidade das ruas, com a possibilidade de obtenção de renda neste ambiente, com pessoas em condição de extrema miséria. Além disso, entrei, também, em contato com a possibilidade de construção de um futuro nas ruas ou através delas.

Este trabalho tem ainda, grande importância pela necessidade de estudos acerca da problemática da pobreza expressa na população em situação de rua. Faz-se relevante uma compreensão mais aprofundada sobre a subjetividade dos indivíduos que buscam nas ruas a sua sobrevivência através de trabalhos alternativos como a mendicância, coleta de materiais recicláveis e outros (Santos, 1997). A partir de então, poder-se-á oferecer substrato para a implantação de políticas públicas mais eficientes tendo em vista que muitos desses programas não encontram repercussão entre o público alvo (Lopes, 2002), ou acabam por utilizar métodos coercitivos (Santos, 1997). A formulação de programas que levem em conta a subjetividade dos moradores de rua pode possibilitar a maior adesão destes sujeitos.

A necessidade de maiores estudos relacionados aos moradores de rua se faz não só pela escassez de trabalhos, mas, também, pela limitação na forma de abordar o problema.

Muitos estudos, senão a maioria destes, (Campos, Brandão e Mendes, 2000; Coimbra, 2000; Sposati, 1995), discorrem sobre a pobreza e a exclusão sobre uma ótica sociológica e econômica, apontando para um problema de ordem política, fruto da forma histórica de organização social. Com isto, negam o caráter social da subjetividade, por não perceberem esta última constituída como parte do desenvolvimento subjetivo em termos relacionais, não objetivos, como o afirma González Rey (1997).

A visão estritamente sociológica dificulta a saída de um lugar comum sobre esta problemática. A falta de respostas aprofundadas acerca da singularidade das pessoas que vivenciam a pobreza impede o entendimento de histórias importantes para a formulação de políticas públicas eficientes (Santos, 1997). Não se trata, contudo, de deixar de lado o inegável caráter político e social da pobreza. Mas se faz necessário enxergar o sujeito imerso neste contexto. Trata-se de compreender a subjetividade destes indivíduos miseráveis, não valorizando unicamente a história, destituindo-a de um aspecto que lhe constitui: a subjetividade em sua totalidade. Como nos afirma Resende (2001, p. 537):

...não restam dúvidas de que o sociologismo se compromete quando evita a estrutura psíquica do indivíduo, fotografa a realidade mas não a desvenda plenamente, não a descobre de modo a atingir o domínio mais profundo da sociedade sobre o indivíduo. O sociologismo, que aparentemente superestima a sociedade, na verdade a subestima por não examinar as suas relações com o indivíduo e por tomar a sociedade nas suas expressões imediatas, considerando-a um fenômeno de superfície.

Nenhum conceito geral referido à organização sócio-econômica é representativo dos inúmeros processos simultâneos e contraditórios que caracterizam a organização e o desenvolvimento social (González Rey, 1997). Para este autor considerar as relações sociais como reguladoras essenciais da vida social, sem considerar as formas em que essas relações se constituem nos diversos cenários da subjetividade social e individual, é um reducionismo que acaba por fortalecer o neo-liberalismo. Isto, por consequência, acentua e legitima a exclusão social.

A própria dificuldade atual de implantação de programas de políticas públicas efetivas e transformadoras, fator apontado pelos sociólogos como questão fundamental desta problemática, encontra-se no desconhecimento de configurações subjetivas (Lopes, 2002). Este desconhecimento não permite perceber a variedade de manifestações da pobreza, homogeneizando, equivocadamente, o que é heterogêneo (Lopes, 2002, p. 166).

A sociedade não é definível de forma absoluta em termos dos fenômenos objetivos que se desenvolvem em seu cenário, pois tudo o que nela acontece, em ordem institucional, econômico e político se expressa no nível de constituição da subjetividade social e, simultaneamente, no nível da subjetividade individual (González Rey, 1997, p. 168; tradução livre).

A questão é, então, neste trabalho, levar a subjetividade à objetividade, até que na subjetividade seja revelado aquilo que esta de fato representa: a sociedade e a história (Resende, 2001).

2 Fundamentação Teórica

2.1 População de rua, população desconhecida

A população composta por moradores de rua inclui qualquer pessoa que, sem moradia, pernoita nos logradouros da cidade, nos albergues ou qualquer outro lugar não destinado à habitação. Desta forma, é possível incluir, como membros desta população, todas as pessoas que residem em locais precários. No Brasil, a definição ampla incluiria, assim, não apenas os albergados e a população que pernoita nas ruas mas, também, os moradores de cortiços e favelas, dada a precariedade de seus domicílios (Schor & Artes, 2001).

No entanto, o presente estudo se restringe, apenas, ao chamado núcleo duro desta população. Ou seja, aqueles que se encontram habitando as ruas ou albergues públicos.

Esta população é cada vez mais comum em nosso país, principalmente nos grandes centros urbanos. De fato, ao que tudo indica, os moradores de rua estão cada vez mais comuns em todo o globo terrestre. Em grandes centros terceiro-mundistas, no entanto, concentra-se a maioria destes sujeitos.

Apesar de se tornarem mais e mais comuns e mais e mais visíveis, o desconhecimento desta população ainda é muito grande. De forma análoga à sociedade em geral, a sociedade científica parece ocupar-se mais fortemente

de outros fenômenos sociais, deixando de lado a problemática dos que vivem nas ruas. De certa forma, a sociedade científica comporta-se como o cidadão comum que ao se deparar com um mendigo morador de rua tende a desviar seu olhar, quando não seu caminho.

Este comportamento científico acarreta prejuízos para o trabalho com a população de rua. O trabalho social com estes sujeitos, com a carência de conhecimentos específicos, somada a interesse escusos (que serão discutidos mais adiante), baseia-se principalmente, em trabalhos com populações análogas ou simplesmente, na boa vontade de quem se dedica à caridade. Não atingindo assim, resultados satisfatórios.

O desconhecimento desta população é tamanho que são ausentes inclusive dados censitários. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) não possui nenhum dado sobre esta camada social. A falta de dados oficiais sobre os moradores de rua é fruto da negligência política em conhecer esta população e de dificuldades reais em realizar um censo sobre a população de rua (Vieira, Bezerra & Rosa, 1992; Schor & Artes, 2001).

Segundo Schor & Artes (2001), as características dos moradores de rua apontadas se traduzem em dificuldades para realização do trabalho de campo necessário para obter informações sobre sua forma de vida, estratégias de sobrevivência e, sobretudo, para quantificá-los. Estas dificuldades são:

- a ausência de moradia;
- requer que o levantamento das informações seja realizado no menor tempo possível com o objetivo de minimizar a dupla contagem;
- necessidade de realização do trabalho de campo unicamente no período noturno.

Os problemas levantados desdobram-se em questões operacionais igualmente merecedoras de cuidado na sua solução: custo do levantamento, tamanho da equipe, treinamento e proteção aos pesquisadores, coordenação das atividades de campo, manutenção de equipe de apoio ao levantamento de campo e inúmeras outras condições.

O primeiro censo oficial sobre a população de moradores de rua foi realizado em São Paulo em fevereiro de 2000. Esta pesquisa chegou a um total de 8 706 indivíduos em situação de rua (Vieira, Bezerra & Rosa, 1992; Schor & Artes, 2001).

O mesmo Instituto que realizou o primeiro censo paulistano em 2000, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), em outubro de 2003 repetiu o estudo, afirmando que população de rua na capital de São Paulo é constituída por 10.394 pessoas, das quais 80,3% são do sexo masculino. Isso representa um crescimento de 19,3% da população de rua, em relação ao censo realizado pela Fipe em 2000 quando esta população perfazia um total de

8.706 pessoas. De acordo com a Fipe, atualmente essa população é composta por 1% de sujeitos com idades entre 7 e 14 anos, 1% entre 15 e 17 anos, 8% entre 18 e 25 anos, 32% entre 26 e 40 anos, 35% entre 41 e 55 anos, 14% têm 56 anos ou mais e 9% das pessoas não têm os dados acessíveis (Ghirardi, Lopes, Barros e Galvani, 2005).

Além da idade e sexo, os dois estudos referidos tentam traçar um perfil do morador de rua paulistano através de categorias como: raça, cor, local de pernoite e escolaridade.

De fato, na cidade de São Paulo já haviam sido realizados outros três estudos anteriores aos descritos acima, porém, seus dados não possuem caráter oficial.

Na cidade de Campinas, campo do atual estudo, não existem dados oficiais acerca da população de rua. Os órgãos municipais trabalham em cima de um número hipotético de sujeitos. A hipótese levantada por estes órgãos, baseia-se em uma regra de três simples, onde Campinas tem aproximadamente 10% do contingente populacional da cidade de São Paulo, sendo assim, a população de moradores de rua em Campinas seria, também, 10% do total de moradores de rua da capital. Ou seja, 1000 indivíduos aproximadamente.

Este tipo de estudo, apesar de crucial para o trabalho com moradores de rua, pouco conhecimento nos oferece em relação a esta população. O

conhecimento produzido se restringe em descrever esta população em suas características físicas e geográficas. Deixando de fora informações sociais e psicológicas importantes para o conhecimento mais aprofundado desta questão social.

De fato, alguns estudos, mesmo anteriores aos censos paulistanos, buscam produzir conhecimento mais refinado acerca desta população (Stoffels, 1977; Di Flora, 1987; Vieira, 1992; Vieira, Bezerra & Rosa, 1992; Yazbek e Wanderley, 1992; Alves, 1994; Magni, 1994; Rosa 1995; Snow e Anderson, 1998; Escorel, 1999; Bursztyn, 2000; Silva, 2000; Taveira & Almeida, 2002; Mattos e Ferreira, 2005). Estes autores dedicaram-se, principalmente, a investigar as causas materiais deste fenômeno social.

Estes estudos trazem maiores contribuições ao discorrerem sobre as histórias de vida dos sujeitos, os hábitos desta população, as instituições de atendimento ao morador de rua e as relações sociais estabelecidas no contexto da rua.

Mesmo utilizando metodologias diferentes os estudos citados acima chegam a resultados bem próximo. Segundo estes estudos, geralmente o morador de rua possui em comum algumas características:

- Encontra-se, por diferentes motivos, excluído do mercado de trabalho por um longo período de tempo;

- Baixa escolaridade;
- Origina-se de famílias de classes baixas;
- Perdeu os laços com sua família de origem;
- Consome álcool e outras drogas;
- Sobrevive através da mendicância ou de pequenos bicos;
- Migra-se constantemente.

Estes estudos abrem, ainda, portas para o estudo da subjetividade deste grupo social assim como de seus agentes sociais, ao explicitarem seus comportamentos, hábitos, histórias de vida e relações sociais estabelecidas. No entanto, de fato, nenhum dos estudos anteriores se ocupou de examinar, de forma explícita, a produção subjetiva emergente frente a esta realidade social específica.

Desta maneira, mantém-se, ainda um grande desconhecimento sobre esta população. Um desconhecimento muito próximo ao que vivencia um cidadão que tem como vizinho, em alguma praça de seu bairro, um grupo de moradores de rua. Este sabe a raça, a cor, o sexo, a idade e o local de pernoite deste grupo. Tem conhecimento, ainda, de seus hábitos diários, qual a forma que dispõe para conseguir alguma renda, se consome ou não alguma droga. Esporadicamente estabelece algum tipo de relação com este sujeito, trocando algumas palavras. O cidadão, porém, não é capaz de compreender, ou mesmo

de vislumbrar os sentidos que emergem do morador de rua frente a sua situação social e sua vida em geral. Este pode apenas fazer inferências a partir de sua própria constituição subjetiva.

Da mesma forma, comportamo-nos diante do conhecimento produzido a respeito da população de rua. Estes não nos oferecem informações sobre a subjetividade deste grupo social ou de seus membros, apenas a possibilidade de construirmos inferências partindo de nossa própria subjetividade, ou da subjetividade social geral.

Sendo assim, estamos, ainda, distante de compreendermos o fenômeno dos moradores de rua, pois o estudo de qualquer fenômeno social implica na necessidade de compreensão dos sujeitos que vivenciam este fenômeno. Esta compreensão só se faz com o desvelamento da subjetividade, ou seja, do que torna os indivíduos sujeitos e a sociedade um fenômeno humano.

Isto não implica, no entanto, que o estudo das causas sociais de um fenômeno sejam irrelevantes para seu conhecimento. Este se faz importante, inclusive, para a compreensão da construção subjetiva emergente nos que vivenciam o fenômeno social em questão. Como afirma Odair Furtado (2002):

Procuramos demonstrar como a constituição das dimensões subjetivas da realidade está em consonância com as bases materiais que as engendraram e que o mundo das idéias não se apresenta de forma espontânea ou predefinido. O repertório de idéias de uma determinada cultura, de uma

determinada nação, de um grupo social, tem como base o processo histórico do desenvolvimento das forças produtivas e, ao mesmo tempo, acaba influenciando no próprio processo econômico, ou seja, no desenvolvimento das formas subjetivas de expressão desse processo de desenvolvimento”. (99-100)

Sendo assim, tendo este trabalho o objetivo de estudar a produção subjetiva de moradores de rua frente a sua condição social, assim como, os sentidos subjetivos que emergem nestes sujeitos frente ao futuro, faz-se necessário uma discussão acerca do contexto social que envolve estes sujeitos e que se encontram envolvidos, também, na possibilidade social de transformação da situação dos mesmos.

2.2 O modo de produção, a assistência social e o futuro de moradores de rua

Os problemas sociais sempre existiram, estes sempre foram vinculados à exploração do homem pelo homem como meio de produção e organização social. A Revolução Industrial e a Revolução Francesa marcaram o começo de uma nova ordem de organização social, que se estende e evolui até o presente, a ordem comandada pelo capital (Pastorini, 2003).

Partindo destes pressupostos buscamos, então, entender como esta ordem produz a pobreza e como a pobreza se torna um problema público, assim como quais as ações foram implementadas para o atendimento e tratamento deste problema público.

É importante reforçar que a pobreza e a assistência aos pobres não é uma exclusividade do modelo capitalista. Desde o Século XIV, no antigo regime, existiam mecanismos ou ações destinadas a atender os desafortunados, todas elas inseridas no campo da filantropia e da caridade (Pastorini, 2003). A própria pobreza e a caridade nesta época já estavam vinculadas ao modo de produção. Parte-se aqui do advento do capitalismo, porém, por ser esta a ordem atual que evoluiu durante dois séculos, carregando consigo uma forma de geração da pobreza e lógicas de tratamento a esta pobreza.

As sociedades capitalistas fundamentam-se no processo de acumulação de mercadoria sob a forma de dinheiro, o qual desempenha o papel de intermediário na troca, proporcionando a circulação de mercadorias. Desta maneira, a força de trabalho torna-se mercadoria, e pela venda desta é possível obter dinheiro para que se possa atingir outras mercadorias. Como toda mercadoria, a força de trabalho tem o seu valor definido pelas regras do mercado.

Conforme Marx (1973), ao produzir diariamente muito mais do que consome, o indivíduo produz trabalho excedente, o que permite a acumulação do capital. Desta forma, dá-se a extração de mais-valia de cujo produto se apodera o capitalista.

O capitalista é o indivíduo que se encontra na classe dos que possuem os modos e instrumentos para a produção em larga escala. A outra classe de extrema importância para o desenvolvimento deste modo de produção é o trabalhador, ou proletariado, que possui apenas a sua força de trabalho. O trabalhador, então, vende a sua força de trabalho para garantir a sua sobrevivência e a de sua família. O capitalista, por sua vez, utiliza-se de diversos mecanismos para produzir a mais-valia, que nada mais é que a redução do gasto com o trabalhador e o aumento da produtividade deste (Di Flora, 1987).

Desta maneira, a produção de um exército industrial de reserva é uma tendência inerente ao sistema capitalista, pois a produção de uma população trabalhadora supérflua contribui para regular os salários reais daqueles empregados reduzindo o gasto com estes, o empobrecimento absoluto estabelece o limite mínimo do salário (Marx, 1973).

As revoluções industrial e francesa levaram no Séc. XIX à instauração do modelo de Estado Liberal, que se opunha ao Estado Absolutista Monárquico. Este modelo rompe, também, com as relações tradicionais de vassalagem e estabelece o trabalhador como indivíduo livre, da mesma maneira, as relações comerciais deveriam ser livres, regidas pelas leis de oferta e procura (Pastorini, 2003). Os pensadores liberais entendiam que a

única forma de assistência válida era a liberdade, afirmando que a pobreza seria minimizada à medida que os pobres válidos se transformassem em mão-de-obra barata.

As ações do Estado neste momento restringem-se a assegurar a liberdade do mercado dando sustento legal ao sistema de assistência profundamente controlador da força de trabalho (Pastorini, 2003, 199)

Sob esta lógica surge, na Inglaterra, a nova lei dos pobres (*Poor Law Reform*), que fundamentada nas *Poor Laws* de 1536 a 1601, procurava revogar as conquistas obtidas através da *Speenhamland Law*, que, promulgada em 1795, tinha como princípio que nenhum homem padeceria de fome e impediu a formação de um autêntico mercado de trabalho (Polanyi, 1992 *apud* Pastorini, 2003).

A nova lei dos pobres se estabelece como a antítese da *Speenhamland Law*, regendo o fim da assistência aos que não fossem doentes, velhos ou deficientes, dignos de pena e caridade, e deixando a força de trabalho sob coação das leis da economia capitalista (Braga e Paula, 1981 *apud* Pastorini, 2003).

Assim, neste estado de *laissez faire*, a pobreza é analisada como um problema individual, tendo cada um responsabilidade por seus êxitos e fracassos, não havendo responsabilidade social ou econômica pela miséria que

justifique uma intervenção pública cujo custo seria pago por toda a sociedade (Pastorini, 2003).

O neoliberalismo, modelo adotado atualmente pelo sistema capitalista, segundo Comblim (2000) é uma filosofia que se apresenta como teoria econômica. Esta teoria econômica fundada por Friedrich Hayek e Milton Friedman encontra suas origens no liberalismo que tem como ícone Adam Smith.

Comblim (2000) afirma que Hayek e Friedman pretendiam solucionar os problemas sociais através do enfraquecimento do Estado como órgão regulador buscando a regulação do mercado por ele mesmo, ou seja o mercado livre, puro.

O ideal neoliberal seria um Estado reduzido à função de polícia: o Estado que se limita a defender os direitos da propriedade e os contratos assumidos no mercado.

O estado deve desestatizar as empresas públicas e entregá-las às empresas privadas ...O Estado neoliberal não pode interferir nos preços e salários. Tudo deve ficar por conta do mercado.

O programa neoliberal inclui também a privatização dos serviços públicos: privatização das aposentadorias, dos hospitais e da saúde, do ensino, dos correios e transportes públicos, das estradas, dos parques, das prisões e da polícia, da limpeza pública, tudo deve ser empresa privada.

O programa neoliberal exige ainda a redução ou supressão dos sindicatos e das organizações de trabalhadores em geral. Pois estas querem influir nos preços e salários e perturbam o jogo espontâneo do mercado (Comblin, 2000, 22).

Para atingir este mercado livre seria necessário a quebra das fronteiras econômicas, ou seja, o livre comércio entre nações. A economia liberal seria por natureza, global. Para os teóricos neoliberais, ao atingir um mercado mundial livre, este se regularia por ele mesmo assegurando a justiça nas relações humanas.

Esta idéia se concretiza em uma utopia, para não dizer um erro, pois o livre mercado, puro e justo, supõe um trabalhador livre, que pode escolher ou não a oferta de trabalho e remuneração. Acontece que são muitos os trabalhadores que não podem se dar ao luxo da escolha. Como é o caso de muitos, que são obrigados a aceitarem subempregos, recorrerem ao mercado informal ou dedicarem-se ao crime.

Na realidade, o indivíduo humano somente tem acesso a uma liberdade mediante o apoio de várias associações intermediárias entre ele e as grandes forças econômicas. No mercado neoliberal o indivíduo tem diante de si empresas monstruosas que manipulam fundos superiores ao produto nacional de muitas nações.

Tudo se complica ainda mais quando esta teoria econômica é aplicada aos países de terceiro mundo. Para incluir-se no mercado globalizado é necessário tornar-se mais competitivo, tornar-se mais competitivo significa reduzir os custos de investimento do capital externo. Trocando em miúdos, o Estado deve reduzir os impostos, principalmente para empresas, deve reduzir os gastos sociais, deve acabar com o capital estatal privatizando suas empresas, fontes de energia e etc, e deve deixar na mão do mercado a negociação entre empregado e empregador, ou seja, deve eliminar as leis trabalhistas. A mão de obra barata é a maior atração dos países periféricos para as multinacionais.

Da mesma forma como é impossível esperar uma livre negociação justa entre partes com forças tão desiguais é impossível pensar que o mercado globalizado seja justo. A idéia de que o poder se dissiparia por todo o globo, fazendo o percurso do centro em direção à periferia, devido ao fato de que o terceiro mundo tem mais capacidade de oferecer atrações para as grandes empresas por oferecer mão de obra mais barata, muito defendida pelos teóricos neoliberais, mostra-se equivocada.

Na realidade, a globalização toma um aspecto de nova colonização, um modelo imperialista no qual as multinacionais são agentes ativos da conquista da economia mundial pelos países ricos. Como denuncia Comblin (2000).

As multinacionais não perdem os laços com o seu país de origem. Permanecem fortemente implantados no seu país e formam parte da política exterior da nação em que surgiram. Há aliança íntima entre todas as elites, inclusive as elites políticas e culturais de uma nação (p. 41).

A abertura para grandes multinacionais culmina no enfraquecimento e até mesmo no fim do mercado interno. As empresas nacionais não possuem força para competir com as grandes multinacionais. As estatais acabam se tornando, também, multinacionais, pois são os acionistas estrangeiros que tem maior poder de compra destas empresas. Além disso, a queda das barreiras econômicas entre nações permitem que as multinacionais instaladas no terceiro mundo enviem quase todo o seu lucro para o país de origem, e não invistam no país onde se instalaram (Comblin, 2000).

Por fim, a abertura de mercado acaba por quebrar o mercado interno, gerando um grande processo de desemprego. Estes empregados demitidos não são reabsorvidos pelas empresas estrangeiras, pois estas entram no terceiro mundo com a promessa de trazer consigo a modernização da produção. Ou seja, chegam carregadas de novas tecnologias, tecnologias para as quais o trabalhador do terceiro mundo não está preparado.

De qualquer maneira, o modelo neoliberal entra no terceiro mundo com grande força, principalmente devido a fatores de ordem cultural e simbólica (Comblin, 2000; Viana, 2003). Estes fatores se fundamentam, principalmente,

na obsessão das elites periféricas em reproduzir o perfil dos que se auto-intitulam desenvolvidos. O neoliberalismo foi recebido, então, pelas elites dominantes do terceiro mundo, como a última moda do primeiro mundo, o mais novo dos produtos culturais.

Desta maneira, para satisfazer a necessidade de consumo das elites terceiromundistas, a América Latina opta por uma modernização norteada pela importação de tecnologias e o apelo às multinacionais. Esta modernização substitui a modernização do ensino, da educação, da pesquisa e do desenvolvimento de novas tecnologias adaptadas às condições físicas e sociais da América Latina (Comblin, 2000).

Esta importação de modernização não acompanhada por uma modernização da educação acaba por gerar uma nova classe de desempregados, que, por não saberem operar as novas tecnologias, não são úteis ao sistema produtivo.

Desta maneira, o modelo econômico neoliberal na América Latina aprofunda o *apartheid social*, que tem suas origens nas colonizações e nas ditaduras vividas por estes países.

O modelo anterior ao neoliberalismo era conhecido no centro por *welfare state* ou estado do bem estar, na América Latina haviam imitações deste modelo. O *welfare state* criou direitos à aposentadoria, ao seguro

desemprego, à saúde gratuita, ao ensino gratuito, às alocações familiares, às férias pagas, além do salário mínimo ou mínimo vital.

Este modelo se inicia no final do Século XIX e início do Século XX, nesta altura o liberalismo deixa de batalhar contra a intervenção do Estado (Pastorini, 2003). Neste momento, os monopólios tomam o lugar da livre concorrência. A monopolização acentua as contradições do capitalismo e introduz antagonismos estruturais entre os próprios capitais singulares (Coutinho, 1984 *apud* Pastorini, 2003). Esta situação complexa e contraditória coloca na ordem do dia a necessidade de uma maior intervenção estatal na economia, surgem, então, de diferentes formas, nas nações de primeiro mundo, alternativas de Estado para responder aos problemas sociais decorrentes da Crise de 29 e da Segunda Guerra Mundial. As políticas sociais que emergem neste momento histórico encontram-se integradas num complexo político-institucional que constitui a base do *Welfare State* (Pereira, 1998 *apud* Pastorini, 2003).

O *Welfare State*, que virá a se apresentar como o novo marco da assistência social no Brasil pós-1988, tem como pilares fundamentais a generalização do atendimento, incluindo todos os cidadãos no sistema de Seguridade Social, a unificação do atendimento, incluindo as necessidades básicas da vida moderna e buscando a prevenção de riscos, infortúnios e

incertezas futuras, políticas sociais universais vinculadas à noção de cidadania, centralização do sistema no Estado, uniformidade na prestação dos serviços, independentemente dos rendimentos e da contribuição, estabelecimento de um umbral socioeconômico mínimo que a população toda deve atingir (Pastorini, 2003).

Com o decorrer dos tempos este modelo político tornou-se uma máquina pesada, burocratizada, principalmente na Europa que sofria com o envelhecimento de sua população. Iniciou-se, então um debate sobre os limites da previdência social e o papel do Estado (Comblin, 2000).

Segundo Comblin (2000), neste momento os defensores do neoliberalismo denunciaram o grande número de funcionários públicos trabalhando numa multidão de institutos de assistência social. Disseminaram a idéia de que o dinheiro dos cidadãos era usado para manter uma classe de funcionários ociosos que aproveitavam as vantagens recebidas para organizar a subversão social. A esta idéia somou-se as objeções tradicionais da burguesia contra a assistência aos pobres. A assistência social, segundo esta idéia, serve para manter os pobres na preguiça, mata qualquer iniciativa econômica e cria um povo de mendigos ou aproveitadores. A solução, então, é a supressão da ajuda social, assim os pobres seriam condenados a buscar trabalho.

Para Johnson (1990, *apud* Viana, 2003) a dita crise do Estado de Bem-Estar foi mais uma reorientação à direita que propriamente uma falência no modelo, ocorrendo, justamente pelo oposto de uma crise, mas sim pelo sucesso de um modelo que conseguia “combinar pressão por maior acumulação capitalista com demandas sociais legítimas” (Viana, 2003, 61).

Viana (2003) afirma que ocorre então a afirmação de uma nova ideologia fundamentada na lógica de mercado, que estrategicamente foi se contrapondo à lógica dos direitos. As políticas sociais passam, então, a não mais se referenciar nas necessidades sociais e na qualidade de vida das pessoas, mas sim nos imperativos do mercado.

Desta maneira, o neoliberalismo atinge a espinha dorsal da assistência social, isto pois

[...] a provisão de renda, bens e serviços pelo Estado constitui uma ameaça aos interesses e liberdades individuais, inibe a atividade e concorrências privadas, gera uma extensão do controle da burocracia. A ação do estado no campo social deve estar restrita à área de caridade pública – auxílio à pobreza – e de preferência em caráter complementar à caridade privada. (Draibe, 1993, p. 75).

Segundo Viana (2003), para a substituição do Estado como principal provedor de políticas sociais surge a proposta de Pluralismo de Bem-Estar (Welfare-mix), na qual se observa um incremento no papel dos setores

informal, voluntário e mercantil (lucrativo ou não). Esta atribuição do papel social a estes setores vem em convergência com a lógica neo-liberal de enfraquecimento do estado.

Prevalece (no modelo pluralista) a defesa do voluntariado e da solidariedade entre desiguais *versus* a proposta constitucional de políticas públicas e direitos sociais, como matéria prima da provisão social. E, nesta defesa, o que se pretende de fato é reduzir o espaço oficial do Estado e ampliar o papel dos chamados setores não-oficiais, como se os mesmos tivessem autonomia, legalidade e legitimidade social e política para implementar e gerir políticas pública, bem como concretizar direitos sociais (Viana, 2003, 67).

Desta maneira, surge na assistência social uma forte tendência à dualização com a existência simultânea de dois tipos de Bem-Estar: um privado, regido pelo mercado que tem como clientes os melhores posicionados na escala social, e outro público, que se orienta pelas necessidades básicas mínimas de sobrevivência, com usuários marcados pela extrema pobreza (Abrahamson, 1992, *apud* Viana, 2003).

A questão do pluralismo encontra-se exatamente nesta dualidade que provoca, pois é necessário a demarcação dos campos de atuação dos setores públicos e privados. Os setores voluntário, informal e mercantil são necessários, mas não suficientes na busca de soluções para graves questões do mundo contemporâneo. As ações dos setores não-oficiais não se configuram

como políticas públicas. Sendo assim, estes setores, ao compactuarem com a lógica privatista na atenção ao bem-estar e substituírem o Estado tornam-se funcionais ao sistema, que por sua vez entende a pobreza como problema individual, restrito a espaços privatistas, e não um fenômeno social e histórico que tem uma dimensão pública.

É desta maneira que se compreende a pobreza no Brasil e em toda a América Latina, onde os modelos de assistência social são pautados na premissa de que “as pessoas devem estar em condições de resolver suas próprias necessidades, com base em seu trabalho, em seu mérito, no desempenho profissional, na sua produtividade” (Draibe, 1993, 8).

Pautando-se nesta premissa, vem ocorrendo uma americanização perversa da seguridade social (Viana 1998), que impõe um perfil seletivo à seguridade social, demonstrando sua face privatista e liberalizante.

Como dito anteriormente, a constituição de 1988, inspirando-se no modelo do Estado do Bem-Estar, foi um marco para a política de assistência social ao trazer a concepção de direitos de cidadania e incorporar a assistência social à seguridade social, conferindo à primeira o *status* de política pública. Mas só em 1993, quando a assistência social passa a ser regida pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) é que vai se instituir e ordenar tal

política (De Lima, 2003). Mas, como denuncia Pastorini (2003), os avanços desta lei não conseguiram sair do papel.

A Lei nº 8.742, de 7 de setembro de 1993, caracterizou a política de assistência social como direito do cidadão e dever do Estado, como política de seguridade social não contributiva, destinada a prover os mínimos sociais através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, objetivando garantir as necessidades básicas dos cidadãos, foi previsto ainda, que a assistência social deveria visar à universalização dos direitos sociais. A LOAS define, ainda, que a primazia de responsabilidade na condução da política é de responsabilidade do Estado (Brasil, 1993)¹

Pastorini (2003) adverte que

Muitos dos países latino-americanos tiveram essas experiências [do Estado do Bem-Estar] como modelos ou horizontes, para pensar em medidas de proteção social. Mas os países que tiveram um desenvolvimento capitalista tardio possuem algumas particularidades que, na maioria dos casos, impossibilitaram atingir esse horizonte, por exemplo: a heterogeneidade estrutural das sociedades latino-americanas, as especificidades dos Estados nacionais e o trato dado historicamente, pelos setores hegemônicos, às políticas sociais como instrumento clientelista e populista (p. 208).

No Brasil, particularmente, existe um comportamento político que afeta as diferentes áreas da Seguridade Social, impedindo a sua consolidação nos

moldes legalmente substanciados na constituição de 1988 e na LOAS de 1993 (Viana, 1998).

Não houve, com a eliminação do regime autoritário no Brasil, a superação dos altos níveis de elitismo e clientelismo que caracterizam o estilo de fazer política no país. Desta maneira, convivem, no Brasil, proposições legais e práticas inovadoras com mentalidades e valores típicos das culturas de traço conservador, que estimulam ações emergenciais de caridade e pronto-socorro aos pobres (De Oliveira, 2003).

A incidência do clientelismo na assistência social é decisiva no sentido de imprimir uma cultura que fragiliza a idéia do direito e fortalece a idéia da dádiva e do favor, pois transforma as necessidades sociais em moeda de troca para a obtenção de favores.

A história da Assistência Social tem sido pródiga em demonstrar o quanto esta Cultura Política tem sido capaz de legitimar a Assistência Social como ação emergencial e restrita aos exclusivamente pobres, carentes e desassistidos de toda sorte. A esses predestinados cabe o apoio moral da sociedade que, imbuída do desejo de socorrê-los da miséria e da pobreza, termina confirmando sua submissão e dependência a uma lógica perversa e legitimadora das desigualdades (De Oliveira, 2003, 24).

¹ LOAS Artigos 1º, 2º e 5º

A intenção em manter a assistência social submetida a interesses clientelistas e paternalistas faz com que a opaca delimitação do público e do privado, hoje legitimada pelo neo-liberalismo, tenha sido utilizada no Brasil, desde sempre, para manter a eterna confusão entre filantropia e assistência social (Ferreira, 2000 *apud* De Oliveira 2003).

Sob esta ótica a assistência social fica aprisionada a um dever moral, e por que não religioso, do amor ao próximo, que implica em uma responsabilização financeira da população em geral. Esta tendência favorece ações que deslocam a produção de bens e serviços públicos para o setor privado.

Segundo Draibe (1993), dessa transferência resulta o caráter seletivo e focalista das ações de atendimento às demandas sociais, que se livram dos controles e garantias públicas e favorecem a arbitrariedade dos que decidem sobre o grau de necessidade dos beneficiários.

Por outro lado, a cultura tecnocrática introduz uma série de dispositivos legais que incidem diretamente na LOAS e despolitizam os mecanismos de participação da sociedade nos espaços decisórios da gestão dessa política (Diniz, 1998 *apud* De Oliveira, 2003), o que vem a estimular ações emergenciais e descontínuas no tratamento das questões sociais (Yasbek, 1993 *apud* De Oliveira, 2003).

Sendo assim, a forte tendência clientelista e tecnocrática que marca a cultura política do Brasil se opõe à tentativa legal de colocar a assistência social como política pública, justamente por destituir dela o caráter público ao torná-la altamente seletiva e não universalista, condição *sine qua non*, segundo Wanderley (1996 *apud* De Oliveira, 2003), para concretizar a assistência social como pública.

O neo-colonialismo norte-americano, portanto, expresso através do neo-liberalismo de mercado global, encontrou uma cultura política que ajudou a viabilizar sua instalação neste país, trazendo uma crescente americanização, também, para a assistência social (Viana, 1998).

Sob esta ordem, obviamente, organiza-se também o atendimento a moradores de rua, fortemente marcado pela exclusão necessária ao sucesso do modo de produção capitalista e pela caridade (Feres, 1995), que se manifesta através de ações isoladas ou de dimensões políticas que não possibilitam a promoção de autonomia no indivíduo compreendido como carente.

Feres (1995) aponta para o fato que em uma instituição de assistência a moradores de rua verificam-se duas demandas muito distintas. A demanda do poder público, que responde como empregador ou viabilizador econômico da instituição e a demanda dos usuários. Este autor, ao relatar sobre uma experiência no Rio de Janeiro, escancara a submissão da demanda do usuário

em favor da demanda do poder público, quando afirma que “...a partir de um dado momento a equipe foi esfacelada, à medida que a voz desse usuário começou a ser ouvida (Feres, 1995, pg. 78)”.

Outros autores concordam com Feres apontando que as instituições assistenciais voltadas para os moradores de rua têm como objetivo primeiro, quase sempre mascarado ou enfeitado por diferentes discursos, não permitir que estas pessoas fiquem expostas à visão das pessoas nas ruas (Santana, Donelli, Frosi & Koller, 2004).

Mesmo assim, muitos autores percebem que não é só a sociedade que considera como relevante as instituições de atendimento à população de rua, mas também a própria população de rua (Santana, Doninelli, Frosi & Koller, 2004, 2005; Forster, Barros, Tannhauser & Tannhauser, 1992).

À adesão de moradores de rua às instituições assistenciais voltadas a eles Feres atribui a razão de que “*diante de uma contingência de vida de rua, que é tão perversa, tão massacrante, que as pessoas não tem outra alternativa, senão buscar abrigo nas instituições públicas* (Feres, 1995, 78)”.

Sendo assim, as instituições de caridade, devido a sua imersão no sistema de organização social, têm como função amenizar os conflitos provocados pela produção de uma massa de marginais, mantendo e fortalecendo este sistema (Lolis, 1995). Como explicita Vargas (1995, pg. 75).

...agimos sob a perspectiva de encará-los como um problema, quando na verdade o problema é da sociedade. Como tal, da ação institucional, privada ou do Estado... A gente acaba vendo o mundo pela visão da classe social dominante....

Assim, na verdade, na sua grande maioria os trabalhos são paternalistas e dentro de uma visão de controle social. Acabamos vendo o mundo através de valores dominantes.

Desta maneira as instituições de caridade e de apoio aos moradores de rua acabam por manter e reforçar justamente o que se propõem a romper, a carência do indivíduo (Santana, Donelli, Frosi & Koller, 2004; Neves, 1995).

Deste modo, o morador de rua, que chega a esta condição por diferentes histórias de vida, constituindo-se em uma população altamente heterogênea, possui, ainda, uma situação social em comum. Estes sujeitos têm seu fundo de reserva dilapidado, não contam com a ajuda de familiares ou amigos para colaborar com a reposição deste fundo, ou mesmo não possuem contato com a família ou amigos que não se encontrem nesta situação e, por essa condição, tornam-se excluídos do mercado de trabalho, passando a sobreviver com o mínimo necessário. Muitos são os mecanismos sociais que, contraditoriamente com a necessidade imposta pelo sistema dominante, tornam-se impeditivos à

tentativa do indivíduo de acumular pertences para fugir da condição de carência e se reinserir no mercado de trabalho.

Sob esta condição de vida o sujeito passa, então, por várias formas de expropriações. Perde, primeiramente, a posse de bens materiais e a possibilidade de acumulação de novos pertences. Como consequência, torna-se impossibilitado de vender a sua força de trabalho, perdendo, então, a identidade de trabalhador útil e produtivo. Ficando, também, ausente de disposições a respeito do futuro (Neves, 1995).

Esta ausência resulta, segundo Neves (1995), da estruturação da orientação das atividades e da existência cotidiana para o consumo imediato, em face da contínua negação e expropriação da possibilidade de poupança.

Se não há futuro a ser construído, também, não tem sentido a criação de projetos, pois a criação do futuro implica na possibilidade de prevê-lo. Restam, então, aos indivíduos que sobrevivem nessa situação, os devaneios, os sonhos, as expectativas da benesses oferecidas pela sorte, as façanhas do fanfarrão, a alegria descompromissada do bufão.

O sujeito se encontra, portanto, em uma situação circular. Se não há possibilidade de poupança não há possibilidade de construção de futuro. Se não há futuro a ser construído não há a necessidade de poupar, planejar ou se

preparar para o futuro. Mantendo-se, assim, à mercê da sorte na situação de carência imediata.

Stoffels (1977) identifica no discurso de mendigos uma forte percepção de fatalidade. Atribuindo a Deus a responsabilidade pela existência da pobreza e da riqueza, da situação pessoal de vida e das possibilidades de mudanças. Percebe, ainda, forte conformismo e baixa revolta frente à vida em geral e própria. Reforçando a idéia de vários autores, como Neves (1995), citada anteriormente, que não existe nos moradores de rua a estruturação e a busca de realização de projetos de futuro.

Stoffels (1977), porém, percebe nestes mesmos discursos, a definição de projetos de deixar a condição de pedinte, de volta para o campo ou a cidade de origem e de criar meios para que os filhos tenham condições de se inserirem no sistema produtivo. Esta autora percebeu, ainda, como posição isolada, o projeto de permanecer na prática da mendicância.

A análise dos projetos de futuro realizada por esta última autora se fazem de maneira superficial, pela simples aparência percebida nos discursos ouvidos. A própria autora afirma que : “...*a expectativa de ascensão social..*” - presente em todos os discursos ouvidos por ela – “...*remete a uma incorporação da ideologia dominante,..*” “...*essa ideologia passa pelas instituições repressivas e assistenciais, e é transmitida ao pedinte.*”. Além

disso, não houve um aprofundamento no sentido de identificar se a aspiração de transformação da condição de sobrevivência destes sujeitos se dá na dimensão de sonho ou ideais ou na dimensão real de projeto.

De fato, a realidade social dos moradores de rua dificulta e, praticamente, impossibilita a existência de projetos de futuro. No entanto, não podemos mais enxergar a relação entre a sociedade e o sujeito de forma determinista, na qual o sujeito seria fruto de seu meio social. Esta relação, mediada pela subjetividade, presente tanto no sujeito quanto na sociedade, torna-se uma relação recursiva.

2.3 Sujeito, sociedade e subjetividade

A subjetividade está organizada por processos e configurações que se interpenetram permanentemente, que estão em um constante desenvolvimento e muito vinculados à inserção simultânea do sujeito em outro sistema igualmente complexo, que é a sociedade, dentro da qual o sujeito tem que seguir as congruências e contradições de desenvolver-se através de sistemas diversos, nos quais não é mais do que um dos elementos constituintes, sistemas que não se organizam necessariamente de acordo com as necessidades atuais de organização e desenvolvimento de sua subjetividade individual (González Rey, 1997, pg. 107, tradução livre).

Sujeito, subjetividade e sociedade, como explicita o parágrafo acima, mantêm entre si uma relação complexa, dialética, recursiva e contraditória. Estes três se constituem continuamente e, conseqüentemente, constituem cada um a si mesmo.

A sociedade, por exemplo, ao se subjetivar, através da possibilidade de tomar valor em formas qualitativas que caracterizam a organização subjetiva, transforma-se em novo momento de formação do social objetivando-se nas ações concretas do sujeito sobre o meio.

Recursivamente, o sujeito, por se constituir ativo no processo de desenvolvimento de seus próprios sentidos subjetivos, sendo responsável por seu comportamento concreto em sua vida cotidiana e definindo sua expressão nos espaços sociais, concretiza-se no momento mais ativo e individualizado do processo de sua constituição subjetiva.

Desta maneira, sendo a subjetividade um sistema que permanentemente se externaliza é também um momento constituinte de si mesma, pois ao se objetivar constitui o subjetivo como forma do real , atuando sobre si mesma.

Neste sentido, González Rey (1997, pg. 109) caracteriza e representa a subjetividade como: “uma realidade complexa, constituída simultaneamente em níveis diferentes, dentro dos quais se integram em formas contraditórias dimensões que se viam como excludentes entre si”.

Esta integração se dá em dois níveis da subjetividade o individual e o social.

O Caráter relacional e institucional da vida humana implica a configuração subjetiva não apenas do sujeito e de seus diversos momentos interativos, mas também dos espaços sociais em que estas relações são produzidas. Os diferentes espaços de uma sociedade concreta estão estreitamente relacionados entre si em suas implicações subjetivas. É esse nível de organização da subjetividade que denominamos subjetividade social (González Rey, 2005, pg. 24).

Desta maneira, o conceito de subjetividade, como diz Guattari (1986), transforma a maneira como se compreende a sociedade. Esta não é mais compreendida como a soma das subjetividades individuais que compõem seus grupos sociais. A sociedade é, também, “dotada” por uma subjetividade (González Rey, 2005), a subjetividade social.

A subjetividade social, com sistema de sentidos subjetivos procedentes de diferentes zonas do social, que estão presentes em qualquer experiência social concreta, nos permite, de fato, estudar a sociedade por meio dos diferentes processos que, em momentos anteriores do desenvolvimento da psicologia, representaram campos específicos da psicologia aplicada, frequentemente isolados entre si e, pelo emprego deles, produzir indicadores para construções sobre fenômenos mais distantes das zonas atuais de produção de conhecimento psicológico, de difícil acesso

empírico e que são os que caracterizam as formas mais complexas de constituição da subjetividade social (González Rey, 2003: 216).

Sendo assim, a teoria histórico-cultural da subjetividade, proposta por González Rey (González Rey, 1997, 2002, 2003, 2004 e 2005), como veremos no capítulo seguinte, apresenta-se como uma via para o estudo de fenômenos sociais complexos. No caso do presente estudo, a população de moradores de rua na sociedade brasileira.

2.4 A subjetividade sob um enfoque histórico-cultural

O termo subjetividade tem sido amplamente utilizado na psicologia e nas ciências sociais sem, no entanto, receber definições específicas. Uma das raras definições é construída por González Rey, como afirma Odair Furtado (2002).

No desenvolvimento da ciência psicológica, no entanto, são muitas as construções teóricas que, discutindo ou não a subjetividade, apontam e contribuem para o estudo deste fenômeno psicológico (González Rey, 2003).

A Psicanálise, a partir de Freud, inaugura um novo campo de construção do pensamento psicológico ao compreender o homem constituído em sua história pessoal, história a qual não tem correlação direta com o mundo objetivo, mas se encontra atada a invariantes universais, mesmo que tome cursos diferentes em cada

pessoa. Freud, desta maneira, registra uma forma de subjetivação fortemente determinista. Freud, contribui, ainda, ao trazer a pesquisa para o campo da clínica, para a construção de aspectos epistemológicos essenciais para o desenvolvimento de uma teoria da subjetividade, mesmo não se dedicando a estes aspectos.

A psicanálise, que se configurou em uma extensa família contraditória de teóricos, contribuiu, através, também, de Jung, o qual estabelece pela primeira vez a origem variável dos conteúdos inconscientes de acordo com a condição histórica do sujeito, construindo alternativas às interpretações freudianas devido ao peso que atribui à cultura.

Atualmente, alguns autores, entre eles os mais influentes são Guattari (1981, 1991, 1992; Guattari e Rolnik, 1996) e Castoriadis (1982, 1987, 1992), que partem do referencial teórico da psicanálise, contribuem fortemente para o estudo da subjetividade como um processo em movimento, suscetível de múltiplos desdobramentos. A grande contribuição destes autores está, justamente, na crítica aos invariantes universais, inerentes ao homem, presentes na psicanálise.

O humanismo, através de seus vários autores, com suas diferentes construções teóricas, contribui para a compreensão da capacidade do sujeito em atuar sobre si mesmo. Esta contribuição do humanismo, porém, encontra-se, ainda, presa a uma concepção de homem como portador de uma essencialidade inerente .

Apesar destes dois corpos teóricos, psicanálise e humanismo, contribuírem para a emergência da subjetividade na psicologia, não podemos afirmar que elas se constituem em teorias da subjetividade, pois a hipertrofia que conferem aos aspectos internos do homem na constituição subjetiva representa a antítese da subjetividade como um sistema histórico em permanente evolução.

Outras teorias, no entanto, pulam ao outro extremo, compreendendo o homem como produto do meio ambiente. O behaviorismo, em todas as suas variantes, pode ser tomado como exemplo desta visão de homem. Desta maneira, o behaviorismo representa uma visão objetiva do homem, ignorando, sob todas as formas, a subjetividade.

A teoria da subjetividade sob uma perspectiva histórico-cultural, proposta por González Rey (González Rey, 1997, 2002, 2003, 2004 e 2005), que se alimenta da psicologia soviética, a qual tem em Vygotsky e Rubinstein seus precursores, vem romper com a compreensão da subjetividade como pertencente ao sujeito individual, como uma natureza interna do indivíduo, sem, no entanto, posicionar-se do outro extremo, que afirma que o sujeito é uma determinação externa, um produto do meio social.

Rubinstein (1963, 1965, 1972) e Vygotsky (1988, 1991) sobre a influência da dialética marxista superam a dicotomia entre o social e o individual, organizando em marcos teóricos consistentes, pela primeira vez, o caráter cultural da psique. Desta

maneira, estes autores favoreceram para representação da psique humana como um processo subjetivo, onde a condição singular do sujeito encontra-se na concretização de sua ação social.

A constituição subjetiva, então, na perspectiva histórico-cultural, atualiza-se permanentemente através da tensão produzida entre as dimensões sociais e individuais da vida psíquica. Esta tensão atua como força motriz na geração de novas zonas de sentido (González Rey, 2003, 2004, 2005).

Com o intuito de romper com a dicotomia entre o social e o individual González Rey introduz, então, o conceito de Subjetividade Social. Esta, é compreendida pelo autor como:

Um sistema complexo produzido de forma simultânea no nível social e individual, independentemente de que em ambos os momentos de sua produção reconheçamos sua gênese histórico-social, isto é, não associada somente às experiências atuais de um sujeito ou instância social, mas forma em que uma experiência atual adquire sentido e significação dentro da constituição subjetiva da história do agente de significação, que pode ser tanto social com individual (González Rey, 2003: 203).

Podemos, a partir do trecho acima, perceber que a subjetividade individual encontra-se presente tanto nos indivíduos quanto nos espaços, grupos e instâncias sociais. Da mesma forma, a subjetividade individual transita por grupos, instituições e espaços sociais em geral. A subjetividade individual

apresenta novos elementos de sentido a serem incorporados pelos espaços sociais por onde transitam o sujeito individual.

O desenvolvimento do sujeito individual dá lugar a novos processos de subjetividade social, a novas redes de relações sociais, que atuam como momentos de transformação na relação com formas anteriores de funcionamento de sistemas (González Rey, 2003: 205).

Sendo assim, Subjetividade Social e Subjetividade Individual não são dois sistemas que se relacionam, mas sim “momentos diferentes de um mesmo sistema” (González Rey, 2004: 145).

A constituição da subjetividade individual, alimentada da subjetividade social, não segue um padrão predeterminado, uma trajetória linear. Pelo contrário, é um processo diferenciado, mutável de indivíduo para indivíduo e que produz diferentes marcas e sentidos subjetivos.

A produção de sentidos na instância individual diferencia-se, tanto de sujeito para sujeito, como da instância social, pois, no indivíduo concreto entra em ação elementos individuais de sua história de vida. Ou seja, outros elementos simbólicos, emocionais e sentidos subjetivos anteriores à experiência social atual entram no jogo subjetivo culminando na produção ou emergência diferenciada de sentidos em cada sujeito, frente a uma dada situação social vivida.

A categoria de Sentido Subjetivo, que permite a particularização do social em individual, permite, em termos teóricos, uma representação complexa da subjetividade. Sentido subjetivo caracteriza-se como:

Um tipo de atividade auto-organizada da subjetividade, que se caracteriza por uma integração de significados e processos simbólicos em geral e de emoções, nas quais um elemento não está determinado pelos outros, embora tenha a capacidade de evocar os outros (González Rey, 2004: 17).

Desta forma, a categoria de sentido subjetivo permite enxergar a versatilidade e flexibilidade próprias da subjetividade. No indivíduo concreto, os sentidos subjetivos produzidos durante sua história de vida entram em um jogo constante, reorganizando-se continuamente em configurações subjetivas, constituindo-o como sujeito e alimentando sua expressão frente ao meio social.

Sendo assim, os sentidos subjetivos produzidos nas diversas experiências vividas pelo sujeito passam a ser elementos constituintes de outros sentidos, dando lugar a cadeias complexas de configurações que emergem frente a uma nova experiência. Como nos afirma González Rey (2003: 183).

O sentido subjetivo de uma experiência nunca vem pela condição objetiva daquela, mas por seu impacto sobre uma configuração de sentido que inclui de forma altamente diferenciada sentidos anteriores, produzidos mediante experiências associadas às mais diversas áreas da vida social do sujeito, e que têm entrado em relação entre si só como momento da configuração subjetiva atual do sujeito, em cuja ação presente se produz a nova experiência.

Através da Configuração Subjetiva, como categoria teórica, podemos, então afirmar, que o sujeito, em sua produção subjetiva, não se encontra descolado de sua história de vida. O que não permite, no entanto, afirmar que a Subjetividade possui, ou venha a possuir, uma estabilidade ou linearidade com o passar do tempo ou com a acumulação de experiências, pois, a qualquer momento de seu desenvolvimento, o sujeito pode entrar em contato com sentidos subjetivos que possuam tanto impacto em sua configuração subjetiva que a altere totalmente.

Desta maneira, é possível que, imerso em uma realidade social que restringe a possibilidade de construção de futuro, um indivíduo, morador de rua venha a se organizar subjetivamente de modo que possibilite a formulação de projetos para seu futuro. Atuando frente a sua realidade de modo condizente com sua subjetividade. Isto pois, a condição de sujeito, indivíduo constituído subjetivamente, é responsável pelo processo de ruptura dos limites imediatos que o contexto social parece impor (González Rey, 2003).

2.5 – Objetivos:

Partindo das reflexões acima tomou-se como objetivos desta pesquisa:

- Definir processos diferenciados de subjetivação da experiência de vida nas ruas;

- Conhecer as diferentes configurações de sentidos subjetivos, associados a morar na rua, envolvidos com o futuro de moradores de rua.

3 - Metodologia

3.1 – Considerações Gerais

Garantir a qualidade de qualquer investigação implica em fazer uma escolha metodológica baseada em uma reflexão anterior sobre qual o objeto de pesquisa, sua constituição, seu status ontológico e epistemológico (Guareschi, 2003).

A subjetividade, objeto de estudo deste trabalho, apresenta-se de forma muito complexa e não aparente, através da observação direta de comportamentos, nem se expressa diretamente nas respostas dos sujeitos ou mesmo nas representações que as alimentam. A subjetividade, como afirma González Rey (2005), aparece apenas dispersa na produção total da pessoa.

A busca de produzir conhecimento sobre um objeto com tais características implica na escolha de uma metodologia que permita e auxilie o pesquisador a realizar construções intelectuais sobre o problema. A metodologia a ser escolhida, para o estudo da subjetividade, deve estar ancorada em uma epistemologia que compreenda a ciência como uma construção humana e que supere a ilusão ingênua de validade, legitimidade e objetividade de uma ciência linear de correspondência direta com a realidade, que acaba por reduzir e empobrecer arbitrariamente o conhecimento e a

realidade. Faz-se necessário, então, uma aproximação epistemológica que valorize a complexidade e a incompletude do conhecimento.

Sob este ponto de vista “a ciência esta muito mais envolvida com a criação e o desenvolvimento de zonas de sentido do que com uma apreensão finalista do real (González Rey, 2005, 121)”. A tarefa do pesquisador está, então, em produzir modelos de inteligibilidade sobre um problema, modelos estes que se permitam estar em constante desenvolvimento e construção.

A epistemologia qualitativa proposta por González Rey procura, justamente, legitimação do conhecimento através da contínua construção de modelos de inteligibilidade que representem a produção de sistemas cada vez mais complexos de significação. Como nos afirma o autor:

A construção de modelos representa a produção de sistemas cada vez mais complexos de significação que estão na base da construção progressiva e cada vez mais fina de elementos que aparecem na informação empírica, em relação aos quais o pensamento avança construindo representações teóricas que não estão nos dados e que permitem acessar novas regiões do problema estudado. Sem modelo, muitos elementos isolados em sua aparência empírica passariam despercebidos, pois seu significado somente é possível dentro de um sistema de significação. Portanto, o modelo não é apenas o resultado de uma intenção dirigida à produção de teoria, como também é um requisito de aproveitamento da informação empírica não explícita na

aparência do dado isolado, mas implícita no sistema em que o dado é gerado, o qual esta mais além do próprio dado (González Rey, 2005, 120).

Os modelos possuem, então, a função de possibilitar o emergir de significados sobre a informação implícita e se tornam legítimos não apenas por oferecerem esta possibilidade de acesso a informações não explícitas, mas também pela abertura a confrontação continuada entre o momento empírico e a produção teórica. Esta confrontação configura-se em uma tensão que deve acompanhar todo o processo de construção do conhecimento, um movimento contínuo de vai e vem entre a construção, reconstrução intelectual e a experiência, caracterizando um processo de pesquisa flexível, dinâmico e complexo.

Este movimento descreve exatamente o caráter construtivo-interpretativo da pesquisa caracterizado na ação do pesquisador como “a atividade reflexiva em seus inumeráveis desdobramentos e opções, que se integram e desintegram no curso do processo construtivo do pesquisador (González Rey, 2005, 123)”.

Como afirma em seu mais recente livro, *Pesquisa Qualitativa e Subjetividade* (2005), González Rey denominou, metaforicamente, este processo, como *Lógica Configuracional*, a qual realmente não é lógica, mas um processo que vai além das seqüências lógicas, e que permite explicar a

natureza contraditória, irregular e diferenciada que o processo de construção do conhecimento tem, e que enfatiza o lugar central do pesquisador no processo da pesquisa. Compreende-se, portanto, a configuração como um processo construtivo que é personalizado, dinâmico interpretativo e irregular (González Rey, 2005).

Esta compreensão epistemológica que rompe com a prática respondente leva à valorização metodológica dos *sistemas conversacionais*, que permitem a integração do pesquisador em dinâmicas de conversação responsáveis pela produção de *tecidos de informação* onde se encontram naturalmente implicados os participantes da pesquisa em um clima de co-responsabilidade frente a informação. A qualidade da informação obtida em uma pesquisa depende da qualidade do clima na qual a informação surge e do envolvimento dos participantes sobre o tema discutido.

A compreensão da pesquisa como um contexto de comunicação que se realiza na relação entre os sujeitos envolvidos no processo implica que os instrumentos, que serão sempre produzidos neste contexto, são meios para garantir o envolvimento emocional dos sujeitos, facilitando a expressão de sentidos subjetivos mantendo uma tensão necessária, no sujeito, para a produção de sentidos subjetivos.

Compreender ontologicamente a subjetividade como inacessível por vias diretas implica, metodologicamente, em tratar os instrumentos não como meios de acesso a realidade, mais sim, como uma ferramenta interativa, ou seja, o meio pelo qual se provoca a expressão do sujeito. Não pretendemos, então, obrigar o outro a responder um estímulo, mas facilitar sua expressão aberta e comprometida (González Rey, 2002).

As informações obtidas através destas conversações são, então, confrontadas com o modelo teórico, na verdade, esta confrontação, como dita anteriormente, não ocorre em momentos distintos aos de obtenção da informação, mas, sim, concomitantemente a estes momentos e continuamente durante todo o processo de pesquisa. As informações não são, aqui, tratadas por métodos estatísticos ou tabeladas segundo categorizações feitas à priori, mas sim constantemente confrontadas entre elas mesmas e com o modelo teórico produzido durante o curso da pesquisa.

Este trabalho de construção da informação se dá através do levantamento de indicadores. O conceito de indicador designa um elemento ou o conjunto de elementos que, através da interpretação do pesquisador, adquirem significação. O indicador não passa de um momento hipotético no processo de produção da informação, não determinando nenhuma conclusão (González Rey, 2002).

O indicador é parte do processo permanente em que se constrói o conhecimento, e é um dos elementos essenciais que facilitam a viabilidade do processo de conhecimento. O indicador não tem valor como elemento isolado e estático, mas como parte de um processo em que funciona em estreita inter-relação com outros indicadores (González Rey, 2002, 114).

Através da definição de indicadores de caráter explicativo o pesquisador avança em direções a construções mais abrangentes sobre o problema estudado de caráter temporário. Os indicadores direcionam a continuidade do processo de conhecimento que se organiza em infinitas encruzilhadas frente as quais o pesquisador se posiciona ativamente.

Esta pesquisa, portanto, busca compreender os sentidos subjetivos de moradores de rua frente ao futuro a partir dos referenciais teóricos da teoria sócio-histórica da subjetividade sob os princípios da epistemologia qualitativa proposta por González Rey (1997; 2002; 2003; 2005) por compreender que os três princípios embaixadores desta epistemologia vão de encontro com as necessidades metodológicas do estudo da subjetividade. Estes três princípios são:

- O conhecimento é uma produção construtivo-interpretativa: as expressões do sujeito estudado passam por um processo de interpretação do pesquisador que constrói indicadores. O conhecimento não é uma somatória de fatos. A interpretação é um processo que dá

sentido às manifestações do estudado. “A teoria está presente como instrumento a serviço do pesquisador em todo o processo interpretativo” (González Rey, 2002, 33). Portanto “a interpretação não se refere a nenhuma categoria universal e invariável do marco teórico”. (González Rey, 2002, 32).

- Caráter interativo do processo de produção do conhecimento: as relações entre pesquisador e pesquisado e as relações dos sujeitos pesquisados constituem o principal cenário da pesquisa, conferindo ao diálogo um valor especial neste processo. Os momentos informais são reconhecidos como produtores de informação.
- Significação da singularidade como nível legítimo da produção do conhecimento: o conhecimento científico não se legitima pela quantidade de sujeitos pesquisados, mas pela qualidade de sua expressão.

3.2 - Ambiente:

Esta pesquisa foi realizada na cidade de Campinas, estado de São Paulo, onde, segundo serviço da Prefeitura, habitam cerca de mil moradores de rua adultos, grande maioria homens entre 31 e 50 anos de idade com diagnóstico de alcoolismo ou transtorno mental.

Campinas possui, ainda, quatro serviços governamentais de apoio e acolhimento a moradores de rua e algumas ONGs em sua grande maioria geridas por grupos religiosos. Estas instituições organizam-se em um Fórum de discussão sobre a política de atendimento ao morador de rua denominado de: Fórum Permanente de Entidades e Órgãos que atuam junto à População de Rua com a participação de Usuários.

Como ambiente de pesquisa utilizamos dois espaços que fazem parte do dia-a-dia do morador de rua. O primeiro deles é o espaço público, ruas, praças, avenidas, viadutos, semáforos da cidade de Campinas. Exploraremos, preferencialmente, os setores centrais da cidade, podendo, se for necessário para o estudo, de acordo com a vinculação de algum sujeito, expandir para outros setores da mesma cidade.

O segundo espaço é uma instituição de caridade. Trata-se de uma casa de apoio a moradores de rua mantida pela Cáritas, instituição ligada à igreja católica, localizada na região central de Campinas.

Esta casa tem o objetivo de atender moradores de rua no sentido de lhes oferecer café da manhã ou lanche, banho, lavagem de roupas, corte de cabelo e barba, além de espaço para guardarem seus pertences e documentos. Além destes serviços, de caráter assistencial, a casa vem oferecendo aos seus usuários reuniões em grupo, um destinado a um grupo de teatro composto por

moradores de rua e outro destinado à discussão do alcoolismo e dependência de outras drogas, segundo a coordenadora, comum entre os usuários. Há, também, um trabalho iniciado de oficina de geração de renda, onde os usuários produzem bijuterias e pequenas peças de decoração com o objetivo de comercializá-los.

A casa atende a 110 moradores de rua cadastrados, todos adultos e de ambos os sexos, sendo que, a grande maioria, é masculina. Cada morador de rua cadastrado pode freqüentar a casa apenas um período por dia (matutino ou vespertino), nos horários entre 8h30min às 10h30min e das 14h às 16h, salvo nos casos de freqüentarem algum grupo ou oficina.

O corpo de funcionários da casa é composto por: uma assistente social e coordenadora, uma terapeuta ocupacional, uma secretária e duas funcionárias responsáveis pela cozinha, guarda de pertences, lavagem das roupas e limpeza da casa. Além disso, a casa conta com um cabeleireiro voluntário, que freqüenta a casa nas quartas-feiras e algumas estagiária de assistência social.

O espaço da casa não é muito extenso, conta com uma sala da coordenação, uma recepção pequena, uma cozinha, um cômodo destinado à guarda de pertences dos usuários, quatro banheiros, sendo dois de ducha fria e dois de banho quente, tudo isso distribuído ao longo de um estreito corredor aonde acontece a maior parte do convívio social e diálogos estabelecidos entre

os usuários e os funcionários e os usuários e seus iguais. Frequentemente é utilizada uma sala de uma outra casa de assistência a moradores de rua, também mantida pela Cáritas, localizada ao lado da casa em questão, para reuniões de grupo.

3.3 - Sujeitos:

Para a realização deste estudo, participaram quatro moradores de rua da cidade de Campinas, brevemente descritos abaixo:

M. – homem, negro, 27 anos de idade. Natural de Itatiba S.P., vive nas ruas de Campinas por aproximadamente 5 anos. Possui o segundo grau incompleto. Dedicar-se à mendicância nos sinais de Campinas, ou a pequenos bicos. Não possui um local fixo para dormir. Dorme sempre ao relento protegido, às vezes, por uma marquize.

S – homem, branco, 71 anos de idade. Natural do interior do estado da Bahia. Vive de forma itinerante pela região metropolitana de Campinas desde os 60 anos de idade, aproximadamente. É beneficiário do B.P.C. (Benefício de Prestação Continuada), e dedica-se, também, à coleta de materiais recicláveis. Dorme em albergues ou pensões, na maioria das vezes, podendo, em algumas situações, dormir nos bancos de rodoviárias.

J – mulher, branca, 20 anos de idade. Natural de São Bernardo do Campo. Está em situação de rua desde a infância. Dedicou-se, nesta época, à venda de balas nos sinais da cidade de São Paulo, passando dias nas ruas e retornando a sua casa em São Bernardo regularmente. Em 2005 fugiu de casa e abriga-se no estacionamento de uma delegacia em Campinas. No momento, dedica-se ao feitiço de bijuterias, tanto no projeto de geração de renda na instituição de apoio em que frequenta quanto por conta própria. Conta com o apoio de um casal de classe média alta.

I. – homem, branco, 32 anos de idade, natural de Santos, S.P.. Ex pastor e ex alcoolista. Saiu das ruas há aproximadamente 7 meses. Atualmente é responsável pela cozinha em um presídio da região de Campinas. Quando nas ruas, dedicava-se à mendicância. Hoje mora na casa de uma senhora viúva.

3.4 – Instrumentos:

Para a realização do presente estudo lançou-se mão dos seguintes instrumento de pesquisa:

- Sistemas conversacionais :

Construídos a partir de dinâmicas de conversação entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados em grupo ou individualmente. Estas dinâmicas de conversação não partem de nenhuma questão estruturada à priori, assim como

não ocorrem em um “setting” definido para a sua realização. Elas aconteceram nos espaços vivenciais do morador de rua usuário da Instituição referida, ou seja, os espaços da instituição em seu horário de funcionamento e os espaços públicos onde habita o morador de rua, a rua.

Os sistemas conversacionais, segundo González Rey (2002, 2005), fundamentam-se na expressão plena e não dirigida dos sujeitos envolvidos no processo de pesquisa. Desta maneira, a função do pesquisador é a de assegurar a abertura para esta expressão, a informalidade da situação e a não estruturação de questões à priori são, desta maneira, recursos para garantir a livre expressão do sujeito.

- Diários de Campo:

Neste instrumento o pesquisador registra suas observações realizadas durante a permanência no campo de pesquisa. Este instrumento permitirá que o pesquisador aproveite situações do dia-a-dia dos sujeitos pesquisados como fonte de informação.

4 – Construção da Informação

4.1 - A subjetivação da vida nas ruas

Acredito que a primeira pergunta que surge quando discutimos sobre a população de moradores de rua é como estes sujeitos chegaram a esta condição. Quais foram os trajetos que percorreram até vivenciarem o espaço público como uma possibilidade de realização das necessidades pessoais e íntimas.

Todos os sujeitos estudados afirmaram que a saída para as ruas possui bases materiais, confirmando a expectativa presente em nossa cultura. A saída para as ruas passa a ser uma escolha diante das opções que se apresentam para o sujeito. Como afirma S.:

“Se tivesse outra condição não viveria nas ruas!”

S., M., e I. apontam que a exclusão do mercado de trabalho foi fator fundamental para a busca de sobrevivência nas ruas. S. e M. se percebem como vítima da exclusão por preconceito, enquanto que I. compreende sua situação de desemprego como fracasso pessoal.

M., que é um jovem negro, conta que começou a trabalhar bem novo, e em seu terceiro emprego foi vítima de preconceito por parte de seu superior,

chegando a ser demitido da instituição em que trabalhava. Diante deste fato M. moveu uma ação contra a instituição. Segundo M. com esta ação no currículo nenhuma empresa arriscava-se em contratá-lo novamente.

“Era como se eu tivesse me tornado uma ameaça. Eu podia denunciar o novo patrão.”

Já S. perdeu o emprego de vendedor após passar dos cinquenta anos de idade. Segundo o sujeito, a empresa para a qual trabalhava passou por dificuldades e teve que fazer cortes. Ao buscar outros empregos recebia sempre a resposta de que estava com a idade avançada.

“Eu tinha tudo. Tinha experiência, um bom currículo. Nunca sujei minha ficha. Mas eu era velho demais para ser contratado.”

I., por sua vez, perdeu o emprego por justa causa, ao chegar repetidas vezes alcoolizado no emprego. Segundo o sujeito, passou a beber após viver uma decepção amorosa com a esposa.

“Eu descobri que ela me traia com o pastor que celebrou o nosso casamento. Daí caiu tudo na minha cabeça. Meu casamento, a igreja que eu acreditava. Pra esquecer eu passei a beber.”

Diferentemente destes três sujeitos, J., uma garota de dezenove anos, não chegou nem a ser incluída no mercado de trabalho. Esta jovem possui pais

dependentes químicos. Segundo J., desde nova foi obrigada a sustentar a casa, abandonando os estudos pouco depois de se alfabetizar.

Sua vivência nas ruas começou logo cedo. J. passou a vender balas nos sinais de São Paulo. Como mora em São Bernardo dos Campos, J. viajava para a Capital, passando cerca de três a quatro dias nas ruas da cidade. Ao final deste período, quando esgotava sua mercadoria, J. retornava para casa levando o dinheiro aos pais.

Atualmente, J. não se dedica mais ao sustento da família. A jovem fugiu de casa por perceber que junto aos pais não teria condições de investir em si mesma.

Percebemos, então, que as experiências que levam estes sujeitos a irem para as ruas são fortemente diferenciadas, mesmo que possam ser agrupadas em uma mesma categoria: exclusão do mercado de trabalho.

Este processo de chegada nas ruas, vivenciado por cada sujeito, expressa-se em diferentes sentidos para cada um. Esta produção diferenciada deve-se à história de vida de cada um e aos sentidos subjetivos produzidos nesta história, assim como, ao momento de desenvolvimento que atravessa cada sujeito.

Desta forma, por exemplo, para S. a exclusão do mercado de trabalho, devido à idade avançada, leva à produção de um sentido de confiança em si

mesmo, de motivação em se superar, sentidos que o levaram a enfrentar as dificuldades, como expresso em sua fala:

“Neste momento pensei: ‘Eles acham que porque eu tenho cinquenta anos não consigo mais vender nada? Eu vou mostrar para eles que consigo sim. E consigo sozinho!’”

Desta maneira, o sujeito passou, então, a vivenciar a rua como um ambiente propício para a busca da sobrevivência. S. começou a comprar e vender uma infinidade de produtos nas ruas, batendo de porta em porta. Para aumentar o resultado e o lucro em suas vendas, o sujeito passou a viajar em busca de um maior mercado consumidor e melhores preços para a compra de suas mercadorias. Integra-se, assim, o sujeito à população de rua, iniciando, também, sua vida itinerante. Modo de vida que leva até hoje.

Já para M., a exclusão do mercado de trabalho, levou-o a produzir um sentido subjetivo de crítica ao sistema produtivo. Que por sua vez, alimenta um sentido que afirma que a vida nas ruas é mais bem vivida que a vida de trabalhador.

“Você acha que eu quero trabalhar? Eu não quero trabalhar mais não. Vou trabalhar na construção civil, sem direito nenhum, ganhando uma micharia e ainda tendo que pagar meu almoço e meu transporte? Eu não. Eu prefiro ficar na rua. Eu vivo melhor. Quando eu trabalhava, lá na minha cidade, eu vivia

para trabalhar. Acordava cedo e já ia pro trabalho. Só voltava tarde e bem cansado. Não conseguia fazer mais nada. Era assim a semana inteira. Vivia para trabalhar. Agora não, eu trabalho para viver. Faço um bico aqui ou ali, quando eu preciso de dinheiro. Ou então peço no sinal. Eu vivo a vida, e ganho dinheiro quando eu preciso.”

Observa-se, neste sujeito, uma mudança de sentido subjetivo referente ao trabalho e ao próprio dinheiro. Vê, agora, o dinheiro como meio, não como um fim em si mesmo. Desta forma, os processos de subjetivação frente à exclusão do mercado de trabalho levam-no a uma transformação profunda de seu modo de vida e seus valores.

Estes sentidos, neste sujeito, têm a capacidade de transformar sua história de vida. M. passa de vítima da exclusão social para um sujeito atuante em sua escolha. Como podemos perceber no início de sua fala, citada acima, ou como melhor esclarecido no trecho abaixo:

“Sabe, existe no direito o estudo da vítima. Chama-se vitimologia. Quando alguém é vítima, tipo, de um estupro, ela pelo menos se debate. Agora, esta turma, ai da rua, que vive reclamando, dizendo que são vítimas. Eles não são vítimas não. Você já viu algum deles lutando para mudar a situação? Não! Eles só querem reclamar. Eu não. Não sou igual a eles. Eu não sou vítima. Eu vivo assim e não é culpa de ninguém. Eu sei a minha responsabilidade.”

Já I. percebe sua história como uma sucessão de fracassos. Isto leva a uma produção subjetiva própria, na qual a percepção de si não é nem de vítima, nem de ator, mas sim de algoz de si mesmo. Vítima de seus próprios fracassos e fraquezas. E a rua toma o sentido de “o fundo do posso”. Como demonstra:

“Eu já tinha perdido minha família. Daí passei a beber e perdi o emprego. Também quem vai deixa um bêbado como chefe de cozinha. Eu chegava a roubar bebida do restaurante. Daí, eu não tinha mais pra onde ir. Fui parar na rua. Quando eu percebi eu tava no fundo do posso. Pior eu não podia estar. Só se tivesse morto.”

J., por sua história familiar, atribui a seus pais a culpa por sua situação social. Sua experiência de sustentar a família através do dinheiro obtido nas ruas de São Paulo, assim como a própria experiência de dormir nas ruas, possibilitou à jovem sentidos de confiança e coragem, os quais possibilitaram a sua saída definitiva para as ruas, fugindo de casa.

“Eu já estou com quase vinte anos. O que eu tenho na vida? Eu não tenho nada! Nem estudar eu não estudei direito, mal sei ler e escrever. Se eu ficasse lá, o que ia ser de mim? Achei melhor sair fora, me virar sozinha. Ninguém me ajudava mesmo. Só davam trabalho e surra. Antes sozinha que mal acompanhada! Eu que sustentava os dois, porque não vou dar conta de mim sozinha?”

A história de vida de J. une dois fatores que são utilizados por teóricos como explicativos para a saída para as ruas. J. não possui emprego, nem mesmo possui os atributos necessários para se inserir no mercado formal de trabalho, e possui uma rede familiar que não pode oferecer-lhe apoio ou suporte. A somatória destes dois fenômenos, segundo muitos autores, definiria as razões que levam os sujeitos a viverem nas ruas.

Outros dois sujeitos, neste estudo, corroboram esta afirmação. I. e M.. O primeiro, como foi dito anteriormente, separa-se de sua esposa, iniciando um processo de degradação, que culmina na ida para as ruas. Este sujeito não possui família “ampla”. Filho único de pais falecidos, I. reconhecia como família apenas a esposa e a filha. Em relação à filha, I. sente-se devedor e culpado por não poder sustentá-la. Sente, ainda vergonha de sua situação social. Em certa ocasião, pude ouvir uma conversa telefônica entre I. e a filha e este fantasia sua vida para a filha.

Já M. possui a mãe viva e um irmão. Afirma, porém, que, desde que a mãe se casou com o padrasto, ficou difícil a convivência familiar. “Nós (M. e seu padrasto) não nos damos, e não conseguimos viver sobre o mesmo teto.”

M. afirma ter uma boa relação com a mãe. Esta, no entanto, não possui recursos para ajudá-lo. “Ela me ajudaria, mas todo o dinheiro que entra naquela casa vem do meu padrasto, e é pouco até para eles mesmos.”

S. é o único que afirma fugir a esta regra. Este sujeito garante possuir familiares com solidez econômica e dispostos a abrigá-lo.

“Meus irmãos e meus filhos não gostam que eu fique na rua, mas eu acho melhor. Vou ficar em casa dependendo deles? E sempre tem uns desentendimentos em combinar as coisas. Se eu quero o meu atrapalha o deles e vice-versa. Eu sou o inimigo da briga. E mesmo quando combina, nunca é do jeito que os dois querem.”

Neste trecho, S. sugere que, como os outros sujeitos, possui conflitos com seus familiares. O sujeito, então, frente a esta situação, prefere vivenciar a vida nas ruas do que os conflitos oriundos da convivência familiar. Ao justificar sua escolha, contudo, o sujeito demonstra que, muito além de uma situação familiar, a escolha de saída para as ruas está impulsionada por sentidos subjetivos fundados em sua história de vida, que por sua vez emergem e se alimentam frente à situação familiar vivenciada neste momento.

Primeiramente, S. afirma ter aprendido desde muito jovem a não ser peso para ninguém:

“Não estudei porque via a situação do meu pai, que criava dez filhos. Ele nunca me obrigou, mas eu quis trabalhar para ajudar. Porque só dar conta de você mesmo já é uma ajuda.”

Este valor expressa uma configuração subjetiva que parece perpetuar-se por toda vida do sujeito e atuar como um conceito ético e moral. Uma regra sobre a qual se atribui ou não valor a um sujeito. Desta forma S. afirma:

“Eu acredito é no machão que sustenta sua mulher e seus filhos em casa.”

Observa-se que o gênero é outro sentido que se articula na configuração subjetiva de S., implicando-o a tomar decisões e atitudes no sentido de não se tornar uma carga para outras pessoas.

Partindo deste valor, e pensando na história de vida de S., surge a hipótese de que o sujeito, ao se perceber incapaz de sustentar seus descendentes, opta por sair de casa. Em toda a expressão de S. não aparece nada que confirme o refute esta hipótese. Apenas sentidos semelhantes, mas com uma qualidade mais romantizada, mais elaborada e mais positiva. Mas podemos afirmar que “não ser peso para ninguém” é um valor forte para S. e implicou-se na ida para as ruas.

Neste momento, podemos perceber como sentidos subjetivos oriundos da história de vida dos sujeitos, somados a sentidos emergentes em um dado momento de desenvolvimento se configuram definindo o aspecto subjetivo da saída para as ruas. Estes sentidos, contudo, não serão os únicos implicados nesta escolha. O sujeito passará, em seu novo modo de vida, a produzir novos

sentidos, os quais se articularão com os já configurados, chegando continuamente a novas configurações subjetivas.

Com a chegada nas ruas, estes sujeitos passam a vivenciar espaços sociais novos em suas vidas. Estes espaços sociais são dotados, também, de uma subjetividade social, a qual, por sua vez irá mediar as novas relações sociais estabelecidas por estes sujeitos. Trazendo, assim, novos elementos para a constituição subjetiva destes indivíduos.

É importante ressaltar que, com esta nova condição social, todas as relações sociais estabelecidas pelos sujeitos, assim como todos os espaços sociais por onde estes sujeitos transitavam, mesmo os mais antigos, tomarão novos sentidos. Isto pois, os próprios sujeitos se transformaram subjetivamente, trazendo novos elementos para estas relações e estes espaços.

Esta afirmação, fica claro no momento empírico, quando por exemplo percebemos em I. uma mudança na relação estabelecida com a filha. Para este sujeito, o fato de se tornar um morador de rua o torna indigno, afastando-o do contato com a filha.

Outro ponto forte para se refletir acerca da população de rua, encontra-se no fato de que sua condição social toma uma proporção muito grande frente a suas relações sociais. Estes sujeitos passam a carregar uma marca, um estigma, ao transitarem em seus espaços sociais. Desta forma, as relações sociais

estabelecidas por estes sujeitos parecem encontrar-se empobrecidas, presas à representação social acerca dos moradores de rua.

De maneira alguma, no entanto, podemos afirmar que este empobrecimento de relações sociais implica, diretamente, no engessamento da capacidade do sujeito em gerar novos sentidos subjetivos, mesmo sentidos que contradigam a subjetividade social dominante e sua representação social do morador de rua. Entretanto, a representação social disseminada pela subjetividade social dominante é um elemento forte na subjetivação da experiência de vida nas ruas, como discutiremos à seguir.

4.2 - A representação social do morador de rua e a subjetividade deste

A figura do morador de rua carrega representações sociais pejorativas. Estas representações estão calcadas na subjetividade social dominante, que é por sua vez alimentada pela forma de organização social e pelo modo de produção vigente. Esta subjetividade social dominante define um modelo ideal de ser humano, suas qualidades, seus deveres e obrigações, comportamentos esperados, conceitos relacionados a sucesso e fracasso etc.

O morador de rua, com seu modo de vida, seus hábitos, sua aparência, é representado socialmente como a personificação do fracasso pessoal. Esta

representação social caminha junto com outras, que afirma que estes sujeitos são perigosos, vagabundos, buscam a vida fácil, são indignos de confiança etc.

Estas representações sociais encontram-se presentes em todas as esferas sociais, alimentando a subjetividade social geral, assim como as subjetividades individuais, até mesmo dos sujeitos que vivenciam esta realidade. Ou seja, as representações sociais pejorativas acerca dos moradores de rua fazem parte, também, dos espaços sociais destes sujeitos, assim como de suas próprias subjetividades sociais.

Todos os quatro sujeitos estudados apresentavam, de formas distintas, sentidos subjetivos relacionados e alimentados por estas representações sociais. Invariavelmente, representavam a si mesmo ou a seus colegas, moradores de rua, da mesma maneira, pejorativamente. Estas afirmações ficam claras na expressão de I.:

“Quando me vi morando na rua, percebi que tinha chegado no fundo do poço. Pior que estava só se estivesse morto.”

O fato de este sujeito ter chegado à rua devido ao alcoolismo corrobora com a subjetividade social dominante e as representações sociais pejorativas acerca dos moradores de rua. Sendo assim, I. representa-se pejorativamente, como um fracassado, indigno de confiança etc,

Desta forma, este sujeito produz sentidos subjetivos que o aprisionam em um ciclo vicioso, que por sua vez acaba por dificultar a transformação de sua condição social e reforçar sentimentos de fracasso e inaptidão.

“Quando eu olho pra mim, e vejo o que eu fiz comigo mesmo, eu não agüento. Eu tenho que beber. Se eu preciso de dinheiro e tenho que pedir, eu só consigo pedir bêbado. Não dá pra contar pra alguém minha situação assim no seco. Não dá para não beber. Não dá pra encarar a minha situação.”

“Sabe, eu já internei três vezes para parar de beber. E parei em todas elas. Mas daí, quando eu volto para a rua eu não resisto e tenho uma recaída.

Daí eu volto tudo igual denovo.”

Nestes trechos o sujeito evidencia uma vergonha com a qual ele não pode lidar, a de se tornar morador de rua. De fato, ele não conseguiu desenvolver uma nova identidade que lhe permitisse assumir a condição de vida nas ruas. Desta maneira, a vergonha, a inferiorização e a condição de fracasso tornam-se insustentáveis, o que leva o sujeito a perceber na bebida uma condição para ação.

M. demonstra uma representação de si mesmo condizente com a representação social do morador de rua, pejorativa. Segundo este sujeito, ele não contribui com a sociedade, tornando-se um peso para ela. Desta forma, M. considera justo ter uma vida de privações materiais e sociais.

Esta representação, porém, não mobiliza M. gerando um sentido de sofrimento com sua situação social. M afirma não ter a intenção de sofrer no mercado de trabalho.

“Eu quero mesmo é viver a vida numa boa. Não tenho ninguém dependendo de mim!”

Desta forma, M. demonstra enquadrar-se na representação social do morador de rua como um sujeito que busca vida fácil, um vagabundo. Este enquadramento, contudo, não o leva ao sofrimento.

Já os outros dois sujeitos, S. e J., representam seus colegas, ou ao menos a maioria, deles pejorativamente. Não se percebem, porém, da mesma forma. Estes sujeitos produzem sentidos subjetivos que negam a subjetividade social dominante e suas representações sociais pejorativas acerca dos moradores de rua.

A história de vida de J. a leva perceber que os vagabundos são seus pais. Além disso, esta jovem percebe-se vencendo na vida ao sair de casa, escolhendo ir para as ruas definitivamente.

Este processo de subjetivação de sua história pessoal torna a saída para as ruas uma decisão pessoal, um posicionamento ativo frente a sua condição familiar, seus desejos e suas possibilidades. Desta forma, J., diferentemente de

M., assume-se como sujeito de sua história, conseguindo por seus próprios meios abrir um espaço nas ruas.

“Que culpa eu tenho se sou filha de dois vagabundos? Se eles fossem diferentes eu não tava na rua. A culpa é deles. Eles que não trabalham. Eles que não me puseram na escola. Agora eu, eu tinha era que ir pra rua mesmo.

Junto com eles eu só podia afundar.”

Um outro sentido importante para a negação de uma representação pejorativa sobre si mesma encontra-se na atuação de J. em oficinas de geração de renda, e em seu projeto de transformação de sua realidade social. Em suas

palavras:

“Eu não sou igual os outros que estão por aí. Eu não vou passar o resto da vida na rua. Eu não fico ai à toa esperando as coisas cair do céu. E venho nas oficinas todos os dias, eu fiz um curso de bijuterias. Eu já até abri uma conta e depusitei um dinheirinho que ganhei semana passada. Eu tô aqui de passagem. Se essa turma não ficasse de vagabundagem, eles também saiam da rua.”

O fato de possuir projetos, ter a capacidade de atuar para gerar recursos que lhe permitam vislumbrar a mudança de vida, reforça em J. a condição de sujeito, defendida anteriormente.

S, da mesma forma que J., representa os moradores de rua como indignos, vagabundos e preguiçosos. Os sentidos gerados por esta representação são tão fortes neste sujeito, que ele raramente se relaciona ou mesmo se comunica com outro morador de rua.

Este sujeito apresenta vários sentidos subjetivos, os quais se articulam em uma configuração subjetiva oposta à representação que possui de seus iguais.

Primeiramente, a idade avançada de S. possibilita a afirmação de que este não mais se encontra em idade produtiva, portanto não pode ser incluído no grupo de vagabundos. Este sentido fica claro em sua frase:

“Outro dia eu cheguei em um albergue e quando vi tinha mais de cinquenta pessoas lá, todos jovens, dois turistas. O que eles esperam da vida. Tem que dar trabalho para eles, senão eles vão e voltam. Falta de emprego não é.”

Outro sentido subjetivo que se associa ao anterior é o de ter cumprido sua missão, enquanto se encontrava em idade produtiva. Esta missão está relacionada, principalmente com os deveres como pai, como no trecho abaixo:

“Cumprir minha missão, pois criei bem meus filhos. Os dois já estão formados e criaram bem os netos, que estão se preparando para casar.”

Este sentido, como discutido anteriormente, está associado a um sentido subjetivo de gênero, fortemente presente na configuração subjetiva de S.

Ao cumprir sua missão S. se torna inacusável. Não deixou ninguém na mão. Cumpriu seu papel e agora pode dedicar-se a seus interesses, ao descanso, a ter a vida que quiser.

Outro sentido que conseguimos visualizar em sua configuração vem da capacidade de S. em se manter sem precisar pedir nada para ninguém. Ser independente.

“Eu trago todas as minhas coisas, não fico pedindo nada para ninguém, agora, tem gente que não quer fazer nada, só quer ganhar as coisas na mão.”

Vale explicitar que este sujeito tem a possibilidade de ser independente, pois é beneficiário do Benefício de Prestação Continuada, conhecido por B.P.C. programa de distribuição da renda, no qual é enquadrado por ultrapassar os 60 anos de idade e possuir renda inferior a um quarto de um salário mínimo. O B.P.C. confere a este sujeito o recebimento mensal de um salário mínimo. Desta forma, S. se organiza para sobreviver com um salário mínimo, sem Ter que contar com a ajuda de ninguém:

“Olha, a aposentadoria (BPC) me dá trezentos reais, então eu posso viver gastando dez reais por dia.”

Mesmo assim, faz-se necessário a emergência de um quarto sentido subjetivo, que venha a reafirmar continuamente a distância entre S. e os outros moradores de rua, vagabundos. A manutenção de atividades produtivas e a não dedicação à atividades associadas à figura do vagabundo são ainda necessárias para S.

Este sujeito, então, dedica-se à coleta de materiais recicláveis. Esta atividade enobrece sua vivência na rua, e se organiza subjetivamente como um sentido subjetivo sobre si mesmo de alguém responsável e trabalhador, fugindo da regra geral dos moradores de rua, que são, segundo sua própria organização subjetiva, descansados, vagabundos e dependentes químicos. Como no trecho abaixo:

“Eu estou há 13 anos na rua, sempre catando latas. Catar latas ou papelão é a saída. Eu gasto o tempo e é melhor que ficar com o umbigo colado no balcão procurando cachaça ou arrumando briga.”

Como podemos perceber, através do estudo deste sujeito, uma configuração subjetiva é a organização de sentidos subjetivos diversos que em sua dinâmica estão na base das diferentes reflexões, emoções e comportamentos do sujeito.

S. mantém-se saudável subjetivamente por conseguir atuar de forma condizente com sua configuração subjetiva e com os valores morais que

emergem a partir de seus sentidos subjetivos. Desta forma, o sujeito foge da caracterização clássica dos moradores de rua como vagabundos e à toa. Esta fuga garante que este sujeito consiga evitar, assim como J., o sofrimento vivenciado por I.

De fato I. é o único sujeito, presente neste estudo, que apresenta uma constituição subjetiva que poderia ser considerada como patológica. Pois, como foi dito anteriormente, o sentido subjetivo de fracasso, produzido durante o processo que culminou na ida para as ruas, e reforçado várias vezes após sua chegada nas ruas, toma proporções tamanhas que o impossibilita de gerar novos sentidos que venham a facilitar a transformação de sua situação social e, conseqüentemente, sua transformação subjetiva.

Este sujeito é o único dos quatro estudados que não consegue manter interesses pessoais estando na rua. Podemos perceber que para os outros três sujeitos a rua possui, também, o sentido de um espaço que possibilita a realização pessoal. Mesmo, que mantenha ainda sentidos de privação material, social e até mesmo pessoal.

M. é um sujeito que deixa bem claro as dificuldades sociais e pessoais que a privação material dada nas ruas gera. Mesmo assim, afirma que a vida de um morador de rua pode ser uma vida boa.

“É certo que a vida de rico é melhor que a de pobre. Mas isso não quer dizer que a vida de pobre é ruim não. Na rua a gente enfrenta muitas dificuldades, muitos problemas, que o dinheiro resolveria. Mas eu não vejo problema em viver na rua não. Eu até gosto. O único problema para mim, é que morando na rua não dá para arranjar uma mulher. A gente até consegue dormir com uma ou outra de vez em quando. É só conseguir um lugar fechado que rola. O problema é que não se consegue uma mulher para ser sua companheira, sabe.

Este é o único problema.”

Este sujeito se realiza nas ruas por escapar de uma condição de exploração vivenciada anteriormente como trabalhador pouco qualificado.

Neste momento, o sujeito expressa, também, aspirações e valores relacionados à sexualidade. Ao possuir a ambição por uma companheira para a vida, o sujeito evidencia como a situação na rua não subverte nem corrompe, necessariamente, os valores humanos. Ou seja, mesmo que M. possua uma condição objetiva que dificulta a expressão de sua sexualidade de maneira plena e dentro dos preceitos morais estabelecidos, M. não se torna um perverso em busca de satisfação sexual.

J., por sua parte, também se sente satisfeita com a escolha de sair para as ruas, pois através dela pode escapar, também, de uma condição de

exploração vivenciada em casa com seus pais. Existe, ainda, uma outra fonte de satisfação para esta jovem.

J. percebe que na rua conseguiu apoio que não tinha em casa. A falta deste apoio gerava-lhe muito sofrimento.

Na rua J. conseguiu o apoio de uma família de classe média, que pretendia cumprir uma promessa feita em busca da cura de seu único filho. Segundo o pai desta família:

“Quando eu vi aquela menina chorando. Porque ela ainda é uma menina, né. Chorando, com aquela história tão triste. Eu fiquei comovido. Porque é de cortar o coração, uma pessoa tão jovem, ainda mais uma mulher, que já é mais frágil, naquela situação de abandono, perdida na vida, sem ter feito nada de errado. Não dá para não se comover.... Mas eu percebi que Deus não havia abandonado ela. E que ele tinha posto ela no meu caminho para que eu pudesse ajudá-la. Ele salvou a vida do meu filho, e agora eu tenho a chance de salvar a vida dela.”

Este apoio, encontrado por J., reforça nela a certeza de ter feito a escolha certa e a faz acreditar, cada vez mais, na possibilidade de sair das ruas.

“Eu descobri que tem pessoas boas. Tem muitas pessoas que querem me ajudar. Pessoas que fazem por mim coisas que minha família nunca fez. As tias aqui da casa, minha amiga N. que me ajudou a arrumar um lugar seguro

para morar. E este casal que tá me ajudando. Eles tão até pagando um curso para mim. Agora eu sei que eu vou sair dessa vida. Eu vou aprender aqui nas oficinas e no curso de bijuteria a fazer coisas pra vender. Daí eu vou ganhar dinheiro pra sair dessa vida.”

Já S. se realiza nas ruas pela possibilidade de viajar e conhecer outros lugares e pessoas que este modo de vida oferece.

Desta maneira, S. organiza suas possibilidades na direção de realizar suas viagens. Utiliza como armas, principalmente, a idade o Benefício de Prestação continuada que lhe garante o suprimento de suas necessidades de vida, assim como a assistência pública à saúde e a assistência social:

“Por causa da idade, não pago circular de uma cidade para outra, então, onde tem circular eu estou indo. Se não tem eu pago.”

“Durmo em albergues, nas cidades que existe albergues, se não existe, durmo na rodoviária ou, quando sobra algum dinheiro, pago uma pensão. Só preciso de um pouco de sono deitado.”

Segundo este sujeito, a vida migrante que leva nas ruas possibilita a ele satisfação e, até mesmo, mais saúde. Ou seja, mais qualidade de vida:

“Viajando eu aprendo muito, distraio, me sinto melhor da doença (hipertensão), ocupo a cabeça e não preocupo com o que passou, são águas passadas não vou fazer voltar.”

Como aponta em outro trecho, contudo, fugir de uma condição de aprisionamento material satisfaz a S., de forma semelhante aos outros dois sujeitos:

“Meu irmão tem outro padrão de vida, ele é juiz aposentado. Mas o padrão de vida dele é só material. Não acho vantagem, pois ele tem que manter o padrão de vida dele, se apega a um lugar, fica preso. Eu, pelo menos, estou andando, estou livre. Dormir eu durmo aqui e ali, comer eu tenho que comer aqui ou ali de qualquer jeito.”

Ainda sobre a rua como um espaço de realização social e a capacidade do sujeito em produzir sentidos que o direcionem para o desenvolvimento e o crescimento pessoal, M. coloca-se de uma forma que nos faz refletir bastante.

Este sujeito discutindo sobre a vida nas ruas e os locais de dormida foi questionado se não sentia medo de que algo de mal lhe acontecesse. Frente a esta pergunta, M. respondeu:

“Eu tenho medo sim. Mas e você. Você tem casa, com portão, um cachorro, e toda segurança possível. Você não tem medo? Então, é a mesma coisa.”

De fato não é a mesma coisa. Os sentidos subjetivos de qualquer indivíduos são particularizados. Ainda mais quando pensamos em indivíduos que vivenciam situações sociais tão distantes. A afirmação de M., porém, se

aplicada à capacidade do sujeito em produzir sentidos subjetivos que possibilitem-no viver e se desenvolver mesmo em condições muito adversas se mantém em todos os sujeitos.

É claro e certo que esta capacidade pode ser suprimida, assim como ocorreu com I., mas não é exatamente a condição social do sujeito que determina esta supressão.

Todos nós possuímos a capacidade de viver e se desenvolver apesar de, por exemplo, sabermos que nosso futuro inevitavelmente é a morte. Mesmo tendo a certeza de que podemos morrer a qualquer momento, ao atravessar a rua para ir ao trabalho, por exemplo, conseguimos desenvolver nossas atividades diárias sem maiores problemas. Podemos, no entanto, produzir sentidos que nos levem a crises de pânico, sentindo-nos impedidos de sair de casa para trabalhar, com pavor de morrermos no caminho.

Da mesma forma acontece com os sujeitos aqui estudados. Mesmo vivenciando uma condição social adversa, que oferece muitos riscos e poucas chances, estes sujeitos podem manter a capacidade de produzirem sentidos subjetivos que permitam que eles vivam o dia-a-dia com certo prazer e possam, inclusive, sonhar, acreditar e atuar no sentido de terem um futuro melhor.

Mesmo aqueles que se encontrem engessados e impossibilitados de gerarem sentidos assim podem experimentar situações que venham a reestabelecer a capacidade geradora e criadora de sua condição de sujeito.

4.3 - Sentidos subjetivos frente ao futuro

Esta capacidade criadora é que permite, muitas vezes, que sujeitos em situação de rua consigam manter perspectivas e projetos de futuro, mesmo que muitas vezes, sua condição social não permita vislumbrar a realização destes projetos. Todos os sujeitos deste estudo possuem sentidos relacionados a seus futuros. Mesmo que não sejam sempre relacionados à transformação de sua condição social.

A mais jovem de todos os sujeitos, J., é também, a que tem menor tempo de rua. Sua história de vida, assim como os sentidos subjetivos que apresentou relacionados ao futuro, afirmam que sua saída para as ruas foi motivada pela esperança de que, a partir desta situação, fosse possível a construção de uma nova condição de vida, melhor que a primeira, anterior à rua.

No caso de J. esta expectativa vem sendo fortemente reforçada. J. afirma que se sente melhor hoje, nas ruas que, antes, em casa. Esta jovem afirma, ainda,

que acredita na possibilidade de sair das ruas e construir uma vida melhor para si mesma. Em suas palavras:

“Meu sonho é ter meu lugar. Uma casa. Algo assim. Eu não quero ficar na rua o resto da vida não. Deus que me livre!”

J. transforma este sonho em motivação e envolvimento em atividades que possibilitem a geração de renda. Esta jovem participa diariamente de oficinas de geração de renda oferecidas pela instituição assistencial da qual é usuária. Esta participação, que já dura cerca de três meses, já lhe rendeu algum dinheiro:

“Já recebi dois salários da venda das bijuterias que fizemos. Eu já até abri uma conta no banco para guardar um pouquinho. Todo mês vou depositar o que não gastar. Assim vou juntando um dinheiro para o futuro, né.”

De fato, J. não possui planos concretos para construção de um futuro diferente das ruas, tem apenas comportamentos que ela julga produtivos. Desta forma, a jovem espera abraçar a chance de sair das ruas quando ela aparecer.

“Eu quero ir assim, fazendo minhas coisas pra vender, e ganhando o meu dinheiro. Assim um dia eu saio da rua. Com meu dinheiro.”

Desta forma, mesmo que J. não consiga gerar muito dinheiro, ou criar grandes possibilidades para sair das ruas, suas expectativas são totalmente consistentes com suas ações e com a produção subjetiva por ela desenvolvida.

Os sentidos subjetivos que facilitam integrar trabalho, futuro, poupança e esforço são um material subjetivo essencial para sua mudança de vida.

I. por um longo período apresentou sentidos de fracasso garantido em relação ao seu futuro. Este sujeito afirmava sempre o desejo de se reinserir no mercado de trabalho, saindo assim das ruas. Percebia I., porém, este desejo como sendo impossível. Sua visão de si mesmo e dos moradores de rua em geral não lhe permitiam acreditar na possibilidade de transformação de sua condição social. Esta falta de expectativa causava no sujeito tamanho sofrimento que fazia com que ele se dedicasse apenas à bebida como anestésico. Desta maneira, I. passou um longo período. A construção de um futuro diferente se apresentava realmente improvável, pois era impossível produzir sentidos subjetivos no presente que lhe permitiam essa projeção futura.

Em uma ocasião, I., devido a sua experiência na cozinha, foi convidado a ajudar um grupo religioso que distribuía refeições à população de rua. O convite veio aliado à exigência de não estar alcoolizado nos dias de trabalho.

I. aceitou prontamente o convite. Sua participação neste grupo possibilitou a produção de novos sentidos subjetivos relacionados a si mesmo. I. passou a não se sentir mais como um morador de rua qualquer. Em alguns dias da semana, I. encontrava-se do outro lado da mesa. Não mais como quem recebe doações, mas sim, como quem oferece doações.

Estes sentidos são mobilizados, também, pelas relações sociais que I. passa a ter. Este sujeito, agora, é mais respeitado por seus iguais e é, também, visto de forma diferente pelos funcionários da instituição assistencial.

A nova opção laboral foi decisiva para a produção de novos sentidos subjetivos. I. conseguiu forças para parar de beber. O sujeito afirmou que a responsabilidade em fazer as refeições bem feitas e o prazer de ter ocupações levaram-no a resistir à bebida por várias vezes. Em suas palavras:

“Não é por que é comida para morador de rua que pode ser bem feita. Tem que ser tudo bem feitinho. Às vezes até melhor que em restaurantes. Porque tem fiscalização. Daí não dá para chegar lá com a cabeça carregada, né? Tem que estar bem para trabalhar. E outra, agora é mais fácil resistir. Porque quando alguém me chama para ir para o bar, eu tenho outra coisa melhor pra fazer.”

Desta forma, a participação de I. como cozinheiro no grupo que distribui alimentação para moradores de rua quebra o ciclo vicioso com a bebida, estabelecido por I. desde antes de sua saída para as ruas. Esta quebra facilita a produção de novos sentidos subjetivos que, ao se integrarem em sua configuração subjetiva atual, levam a uma mudança.

Primeiramente, este sujeito passa a ser não somente um morador de rua mas, também, um cozinheiro. Ele passa, também, a acreditar mais em si mesmo,

pois consegue resistir à bebida. E, além disso, transforma suas relações sociais com seus iguais e, principalmente, com os funcionários da instituição assistencial. Estes começam a ver I. com outros olhos. Passam a perceber nele capacidade de mudança, dedicação em um projeto. I. torna-se, inclusive, um exemplo muito usado pela equipe da instituição para estimular outros moradores de rua a resistir à bebida e a se dedicarem a atividades produtivas. Todos estes elementos em seus desdobramentos e conseqüências a nível subjetivo possuem um papel ativo na transformação do sujeito.

Esta transformação subjetiva e relacional abre as portas para a transformação da condição social de I. Através da participação neste grupo assistencial, I. foi convidado a participar de um projeto de geração de renda para ex-alcoolistas, ou alcoolistas em recuperação. Este projeto tem como objetivo capacitar os sujeitos a retornarem para o mercado de trabalho. I. aceitou o convite e deu continuidade na transformação e geração de novos sentidos em sua configuração. Na instituição esta atitude reforçou a percepção de I. como um sujeito comprometido com sua transformação social, e não mais como um morador de rua bêbado, incomodo e acomodado.

Finalmente, I. foi selecionado, entre os participantes do projeto para alcoolistas e ex-alcoolistas, para trabalhar como chefe de cozinha de um presídio da região de Campinas. Com este emprego, I. conseguiu, finalmente, sair das

ruas. I., hoje, mora junto com uma senhora viúva que não possui familiares.

Sobre sua transformação I. relata:

“Eu vivia reclamando, dizendo que a minha situação tinha que mudar para que eu pudesse parar de beber. Quando percebi que era exatamente o contrário foi que eu dei conta de mudar minha situação. Hoje consegui sair das ruas. Consegui quase tudo o que eu perdi de volta. Mas ainda tem uma coisa que eu quero fazer. Eu quero ter novamente uma família, quero me casar outra vez. E quero, também, voltar a falar com a minha filha. Porque agora eu tenho algo a oferecer para ela.”

Nestas frases, percebemos que o sentido de futuro para I. sempre foi relacionado com o seu passado, com a reconquista de sua condição anterior de vida. Percebemos, ainda, como este sujeito conseguiu, a partir da transformação de sua condição subjetiva, percorrer um processo de reconstrução de sua condição de vida. Um processo ainda em curso.

M. se apresenta como o único sujeito a não possuir a intenção de sair das ruas. Este sujeito afirma estar satisfeito com sua condição social. De fato, M. sente-se realizado em fugir de uma situação de exploração e afirma que a vida nas ruas oferece mais prazer e é mais bem vivida. Neste sentido, M. ocupa-se unicamente com o seu presente:

“Eu me preocupo com o que eu preciso para viver hoje. Se preciso de um dinheiro eu faço um bico ou peço no sinal. Se não preciso, não preciso.”

Este sujeito chega, sim, considerar sair das ruas, mas apenas como solução de outros problemas. Em uma ocasião, por exemplo, foi abolido o guarda-volumes da instituição assistencial que M. participa. Frente a esta situação M. colocou-se:

“Sabe, eu estou com um problema. Agora, que não pode mais deixar nossas coisas aqui, eu preciso arrumar um lugar para mim. Porque na rua não dá. Não dá para ficar nas ruas com uma malona dessas nas costas. Daí, tem um cara que me ofereceu um emprego no CEASA. Daí dava pra eu alugar uma casa. Mas o problema mesmo é o seguinte: eu fiz minhas contas, e com o salário, daria apenas para pagar aluguel alimentação e transporte para trabalhar. Não ia me sobrar nem um trocado no fim do mês. Como eu vou fazer para viver assim?”

Neste momento, percebemos que a saída das ruas é vista por este sujeito como um problema. Na verdade M. dá-se conta que para ter um lugar para viver precisará retornar à condição de vida anterior à rua. Frente a este impasse, M. consegue outra solução para a guarda de seus pertences, afirmando dias depois:

“O problema já está resolvido. Já arrumei um lugar para guardar minhas coisas, e agora está tudo tranquilo.”

Questionado sobre o emprego oferecido a ele, afirma:

“Ah, não. Não ia dar certo.”

O curioso é que este sujeito apresenta um suposto projeto muito ambicioso. M. conseguiu a promessa de uma bolsa de estudos integral, com material didático incluso, para cursar Direito em uma universidade particular na cidade de Campinas. Como contrapartida, M. precisaria concluir o segundo grau. Para tanto, o sujeito matriculou-se em um supletivo.

Podíamos pensar que este projeto de futuro se sustentasse na constituição subjetiva de M., pois com uma maior qualificação ele poderia vislumbrar o retorno ao mercado de trabalho fora da condição de exploração. Cursar Direito, porém, não se constituiu em um projeto, pois M. não se dedicou a torná-lo possível. No primeiro semestre no supletivo M. abandonou a escola. E no segundo, não chegou nem a se matricular. Abandonando de vez seu projeto.

M., contudo, sustentava a mentira de que freqüentava a escola e de que logo, logo, entraria para o curso de Direito com o objetivo de se tornar promotor de justiça.

A questão, então, era: Por que sustentar a mentira de um projeto se não se dedica a ele?

Pudemos, então, perceber que o falso projeto já oferecia para M. as conquistas que pretendia.

Questionado sobre a motivação em se tornar promotor M. afirmou:

“Eu quero ser promotor por causa do poder que um promotor tem.”

Então, percebemos que tendo o projeto de se tornar promotor de justiça, M. já havia conquistado poder entre os moradores de rua e na instituição assistencial.

Da mesma maneira que I., M. passou a ser visto e tratado diferentemente pela instituição assistencial e sua equipe. M. tornou-se, também, um exemplo a ser seguido. Um morador de rua diferente da média. Um sujeito com possibilidades, atuante em seu futuro etc. M. chegava a ter regalias institucionais, podendo, inclusive, desrespeitar o horário de atendimento da instituição.

Com seus iguais, M. também passou a ser visto de maneira diferente. Durante uma atividade de grupo um morador de rua afirmou:

“Eu só tenho que dar os parabéns para M.. Porque ele não vai ser um promotor de justiça não, ele já é! Essa conquista é dele e ninguém tira. Só espero que ele não me prenda no futuro.”

Desta forma, notamos a importância de sustentar um falso projeto. M., de fato, não tinha se tornado um promotor de justiça, e não iria se tornar. Mas, como afirma seu colega de rua, ela já tinha realizado sua conquista. O poder que desejava como promotor já havia chegado para ele em suas relações sociais como morador de rua e como usuário exemplo.

Sendo assim, este falso projeto tornou-se uma fonte de sentido subjetivo no espaço social compartilhado pelo sujeito.

S., por sua vez, com 71 anos de idade, afirma facilmente que seu futuro é a morte. Ou seja, que não tem nada mais que ele possa fazer e nada mais com o que se preocupar. Em sua frase, contudo, podemos perceber justamente o contrário:

“Com 71 anos que futuro eu posso esperar? Meu futuro é a morte. Eu estou só esperando a hora. Mas não vou ficar de braços cruzados, até lá. Eu vou cozinhando o galo.”

Trocando em miúdos, o sujeito nos diz: “Estou só esperando a hora de morrer. Mas não vou ficar à toa não.”

Desta forma, podemos perceber que S. possui, sim, preocupações com seu futuro.

Este sujeito possui, ao menos, a preocupação que nunca em seu futuro alguém possa acusar-lhe de ter ficado à toa, ou ter agido como um vagabundo. Sentido já discutido anteriormente que se encontra presente na constituição de S. desde a infância, na convivência com seu pai e que toma a forma de um conceito ético e moral em sua configuração subjetiva.

No contato com este sujeito, no entanto, surge uma outra hipótese. A de que este sujeito atua em busca de um futuro pós-morte. Esta hipótese, não tem

aqui a intenção de ser corroborada ou refutada. Apenas, alguns sentidos expressos por este sujeito levam à emergência desta hipótese.

Primeiramente, este sujeito possui uma forte crença em Deus, chegando a utilizá-lo como explicação para fenômenos sociais, inclusive para a sua situação social.

A partir desta crença S. afirma:

“Neste mundo nada de material se leva, de espiritual se leva as boas obras que fizemos.”

Por conseguinte, as atitudes nobres que S. possui em sua vida podem tomar outro sentido além de o de fuga frente à representação social dominante do morador de rua como um vagabundo. Estas atitudes tomam, também, o sentido de enobrecer sua vida desprendida de bens materiais, tornando-o uma espécie de mártir.

Neste sentido, S. leva uma vida de privações materiais, enobrecida pelo próprio desprovido material, assim como, também, por seu motivo originário de “não incomodar ninguém” e “evitar brigas e desavenças”, e por suas atitudes pró ativas e produtivas, ensinar e aprender. Como afirma o sujeito:

“Viajando, eu posso conhecer muitas pessoas e lugares, e assim aprendo bastante. E ainda tenho a esperança de, com a minha experiência, ensinar um pouco, outras pessoas. Fora isso, é só esperar o que me aguarda do outro lado.”

Pudemos, então, perceber, através do estudo dos casos destes quatro sujeitos, que os sentidos subjetivos relacionados ao futuro, em moradores de rua, estão diretamente relacionados às possibilidades geradoras da subjetividade humana e à criatividade dos sujeitos. Não necessariamente estes sentidos precisam condizer com a situação social presente dos sujeitos. Estes sujeitos, em suas configurações subjetivas tornam-se capazes, ou não, de frente a sua realidade social produzirem sentidos que os levem a implicar-se na transformação de sua condição social.

4.4 - Breve considerações acerca do papel das instituições assistenciais perante a construção do futuro de moradores de rua

Este estudo, apesar de ter a intenção de contribuir com futuras elaborações de políticas públicas que visem a promover a possibilidade de transformação da realidade social dos moradores de rua, nunca pretendeu estudar um espaço institucional. Devido, porém, ao desconhecimento do pesquisador acerca da cidade de Campinas, no início do processo de desenvolvimento da pesquisa ficou decidido que a inclusão do pesquisador em um ambiente de assistência a moradores de rua se fazia essencial para a realização deste trabalho. A partir desta inclusão pode-se obter uma grande

quantidade de informação qualitativamente relevante sobre o papel das instituições na construção de novas possibilidades para o futuro de moradores de rua. Estas informações, aqui discutidas, constituem-se em um novo campo a ser explorado em futuros estudos.

Primeiramente ficou claro, no estudo do caso de I., a capacidade de geração de sentidos subjetivos que as instituições assistenciais possuem, assim como qualquer outro espaço social. Estes espaços, por promoverem relações, são espaços naturalmente geradores de subjetividade. No caso do estudo citado, ficou explícito a capacidade das instituições assistenciais em gerarem sentidos que facilitem posicionamentos “pró-ativos”, que libertem o sujeito e promovam nele a capacidade de se envolver em atividades e desenvolver-se como sujeito.

Infelizmente, este caso é um caso raro no universo das instituições assistenciais. Na história da instituição em questão é, talvez, o único caso em que a equipe arrisca afirmar que um sujeito fora recuperado. Ou seja, I. é, possivelmente, o único sujeito que passou pela instituição que chegou a de fato sair das ruas. Uma funcionária da instituição chegou a firmar isto com todas as letras. Segundo ela:

“Ele é o único usuário que a gente conseguiu recuperar mesmo desde que eu estou aqui. Tiveram alguns outros que chegaram a sair da rua, mas em

um mês ou dois, eles tinham recaídas com a bebida e voltavam para a rua. É muito difícil o nosso trabalho.”

De fato o trabalho com a população de rua é extremamente complexo e difícil. Creio, entretanto, que existam alguns pontos na subjetividade da instituição que dificultam ainda mais a ocorrência de outros casos como o de I.

Primeiramente, é muito claro o fato de que as instituições trabalham imersas na subjetividade social dominante, representando o morador de rua como alguém fracassado e indigno de confiança. A instituição passa a ser uma disseminadora desta representação, tornando-a matéria prima para a produção de sentidos subjetivos neste ambiente. Em uma situação ficou bem claro como este tipo de representação social dificulta o trabalho com a população em questão. Na ocasião, a assistente social estava ausente da instituição e a terapeuta ocupacional encontrava-se coordenando algumas atividades de grupo. Então, a secretária da instituição pediu-me para que eu atendesse um sujeito que se dizia sofrendo muito com sua situação.

Este sujeito afirmava estar sofrendo muito, pois se envolvia com drogas há alguns anos, há dois anos morava na rua, e estava percebendo que as drogas o faziam perder a capacidade de se relacionar com pessoas das quais gostava muito. Segundo ele havia perdido o contato com a família e na semana anterior com a namorada. Desta forma, o sujeito pedia para que a instituição o

encaminhasse para um programa de tratamento. Segundo o sujeito, o tratamento ideal seria um que o deixasse internado. O sujeito argumentava que conseguia passar o dia sem usar drogas, mas que durante a noite não resistia.

Como não tinha a autonomia para fazer nenhum tipo de encaminhamento, eu disse para o sujeito que passaria seu pedido para a pessoa competente, no caso a assistente social, a qual tão breve tivesse alguma notícia passaria a ele.

Assim o fiz, recebendo da assistente social a seguinte resposta:

“Temos que ver se ele quer mesmo. Pois tem muitos que vem pedir internação aqui não por que querem se tratar, mas só para ganhar abrigo.”

Acredito que seja real a preocupação da terapeuta ocupacional. Penso, porém, que sua desconfiança imediata, sem nem mesmo ter tido o contato com o sujeito, dificulta a confirmação da instituição como um espaço que proporcione a transformação subjetiva aos seus usuários.

O sujeito em questão, ao ter seu pedido negado, recebeu a justificativa de que não haviam vagas disponíveis para ele. Isto provoca nele a sensação de abandono e de impossibilidade de transformação de sua condição de usuário de drogas.

Não pretendo, ao citar este exemplo, afirmar que a postura institucional é questionável devido a ação da assistente social, mas justamente o contrário, a

forma de tratamento que o sujeito citado recebeu é comum a muitos outros. E o comportamento da assistente social é, também, usual em toda a equipe. Para sobre a instituição o sentido subjetivo de que para receber atenção o morador de rua, usuário da instituição, precisa, primeiramente, provar que merece. Da mesma forma que fizeram M. e I., sujeitos deste trabalho. Estes, sim, demonstraram, ao menos aparentemente, estarem envolvidos e implicados em saírem das ruas. Assim, podem receber apoio e força.

Cria-se, desta maneira, um ambiente pernicioso nas instituições, onde sujeitos como M. percebem que precisam utilizar-se de artifícios para obter o auxílio que necessitam e que, supostamente, é papel da instituição.

Desta forma, o ambiente das instituições assistenciais não se diferencia de qualquer outro ambiente por onde possa circular o morador de rua. M. mesmo já expressou em uma ocasião ter tido o mesmo aprendizado nas ruas:

“Eu não gosto de andar mal vestido, não. Mas aqui na rua você tem que ter um bom argumento para convencer as pessoas a te darem dinheiro. Então, antes de ir pro sinal eu visto minha roupa de menininho de rua e pego meu rodinho. A roupa serve para me deixar com cara de mais jovem, mais sofrido, e o rodinho é pra poder dizer assim: ‘Pôxa, mas você não tem nem um trocadinho pra incentivar a gente que tá querendo trabalhar mas não tem trabalho.’ Cada um arruma suas manhas, essas são as minhas.”

Um outro ponto importante de se questionar encontramos na fala citada anteriormente, onde a funcionária da instituição afirmava que I. foi o único a ser recuperado, sendo que muitos outros tiveram recaídas.

Cabe aqui discutir qual a visão de recuperação que possui a instituição. Esta consegue vislumbrar como possibilidade digna de vida apenas o esteriótipo estabelecido por nossa cultura. Ou seja, trabalho formal, casa etc. Além disso, a instituição não concebe o sujeito em processo, ela concebe ele estaticamente, ou seja, em dois momentos distintos, fracassado, na rua, ou recuperado fora delas. Desta forma, cada vez que o sujeito sai das ruas, ou pára de consumir drogas ele se recupera, cada vez que ele retorna a estes comportamentos, ele recai e fracassa novamente.

Cabe, ainda, ressaltar que o atendimento a moradores de rua na cidade de Campinas não se constitui em uma rede. Assim sendo, temos várias instituições, públicas ou privadas, dedicando-se às mesmas atividades com a mesma população e sem grandes trocas entre si.

Este tipo de atendimento tem-se mostrado precário, no sentido que estimula no sujeito o uso e a manipulação das instituições, mais ou menos como faz uma criança com pais separados, e ainda deixa sem atendimento um parcela da população que necessita, ainda, de atendimento. Como é o caso dos sujeitos que deixam recentemente as ruas.

Estes sujeitos encontram-se fora do perfil de atendimento das instituições, sendo muitas vezes desligados delas. Na maioria dos casos, porém, eles não conseguiram, ainda, construir uma situação sólida que os permitam estar fora das ruas. Eles apenas deram um grande passo nesta direção. Contudo, quando se percebem sem o apoio institucional, não conseguem sozinhos sustentarem a nova situação, voltando para a rua.

Este movimento, ao ser compreendido como uma recaída, um novo fracasso, estimula no sujeito o sentido de que ele é fraco e incapaz. O sujeito passa a se representar como um perdedor consecutivo, um fracassado recorrente.

Neste sentido, as instituições assistenciais, por manterem e disseminarem a subjetividade social dominante, acabam por reforçar no sujeito atendido sentidos semelhantes ao que ele recebe das ruas ou de outro ambiente, não contribuindo para a transformação deste sujeito.

5 - Conclusões

Observa-se a produção de múltiplos sentidos subjetivos que, ao se integrarem na ação atual dos sujeitos, facilitam, ou não, a produção de valores e alternativas de vida que lhes permitem assumir com dignidade e de forma ativa na situação de rua.

O trabalho desmistifica a padronização das características psíquicas do morador de rua, a qual é expressão do preconceito associado à representação social hegemônica sobre esta condição. Neste sentido, a maior contribuição está em perceber que sofrimento material não implica necessariamente em sofrimento psíquico.

Na pesquisa a situação de rua aparece como um espaço vivo, que toma formas subjetivas muito diferenciadas, que aparecem com clareza nas múltiplas configurações subjetivas que caracterizam os casos por nós estudados.

O trabalho evidencia a importância da categoria subjetividade para compreender as diferentes formas que uma condição social toma nos indivíduos que a vivenciam, o que permite mudar uma representação padronizante em relação a esta população. É neste sentido que a produção do conhecimento é um momento essencial para o processo de ação social.

Um elemento teórico importante que ganha visibilidade no material empírico do presente trabalho é a forma como os sentidos subjetivos e as ações do sujeito se interrelacionam e complementam entre si, permitindo a produção de novos sentidos em situações que, pela sua condição objetiva socialmente representada, aparentemente não deixam espaços para opções de valor humano.

Gostaríamos de destacar que o trabalho oferece subsídios para conceituar de uma forma diferente a questão da identidade dentro da perspectiva Histórico-Cultural da Subjetividade. A identidade, nesta perspectiva, aparece como a produção de sentidos subjetivos que permitem ao sujeito apropriar-se de uma expressão como sendo sua, e produzir nela sentidos subjetivos que lhe permitem assumir a condição de sujeito; fato este que se percebe claramente em três dos sujeitos estudados. E estando ausente no quarto sujeito, torna-se fonte de seu sofrimento.

Finalmente, e mesmo que não constando nos objetivos deste trabalho, consideramos muito importante a discussão relacionada à função e ao papel das instituições de apoio a moradores de rua. Pensamos que estas instituições representam um espaço importante para o trabalho social. Estas e seus funcionários, contudo, não devem se acomodar a situações e práticas já

estabelecidas, que longe de facilitar a transformação das condições sociais e subjetivas dos moradores de rua, as dificultam.

Fica claro que há necessidade de políticas públicas comprometidas com abertura de possibilidades para a expressão e atuação do sujeito em seu meio social. Mesmo que medidas assistenciais sejam necessárias pela condição atual da população de rua, estas medidas não podem constituir-se em um fim, mas sim em um meio para a transformação do sujeito.

Acreditamos que esta trabalho abre margens para futuros estudos com a população de rua, assim como com as instituições de apoio e assistência social voltadas para esta população. A produção de conhecimento acerca desta problemática poderá oferecer subsídios para uma melhor atuação social, assim como para implantações de políticas públicas mais eficazes.

7 – Referências

Alves, M.M. (1994). Os vínculos afetivos e familiares dos homens de rua. Dissertação de mestrado em Serviço Social. Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Brasil. (1993). Lei n. 8742 de dezembro de 1993. Brasília. Diário Oficial da União.

Bursztyjn, M. (1999) No meio da rua: nômades excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond.

Campos, P. H. F., Brandão, C. L. C., & Mendes, J. S. B. C. (2000) O pobre e a desqualificação social na modernidade. Estudos: revista da Universidade Católica de Góias 27 (4), 801- 826.

Castoriadis, C.A. (1982) A instituição imaginária da sociedade. São Paulo, Paz e Terra.

_____. (1987) As encruzilhadas do labirinto, II: Os domínios do homem. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

_____. (1992) As encruzilhadas do labirinto, III: O mundo fragmentado. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Coimbra, C. M. B. (2000) Comprometimentos e compromissos da psicologia em relação aos direitos humanos. Psicologia, direitos humanos e sofrimento mental.

Comblin, J. (2000) O neoliberalismo: ideologia dominante na virada do século. Petrópolis: Vozes.

De Lima, A. D. (2003). As regras legais e o processo de descentralização da assistência social. Ser Social, 12, 87-114. Brasília, UNB.

De Oliveira, H. M. J. (2003). Cultura política e a assistência social: desafios à consolidação de uma singular política pública no âmbito da proteção social. Ser Social (12) 9-36.

Brasília. UNB.

Di Flora, M. C. (1987) Mendigos: porque surgem, por onde andam, como são tratados? Petrópolis: Vozes.

Draibe, S. M. (1993). Qualidade de vida e reformas de programas sociais: o Brasil no cenário latino-americano. Lua Nova: Revista de Cultura e Política (31) 5-46, São Paulo.

Escorel, S. (1999). Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Fiocruz.

Feres, A. P. (1995). Apresentação das experiências Rio de Janeiro. In C. M. M. Rosa (Ed.) População de rua Brasil e Canadá. (pp. 61-71). São Paulo: Hucitec.

Forster, L. M. K., Barros, H. M. T., Tannhauser, S. L. & Tannhauser, M. (1992). Meninos na rua: Relação entre uso e abuso de drogas e atividades ilícitas. Revista da ABP-APAL, 14, 115-120.

Furtado, O. (2002) Uma discussão sobre a dicotomia entre a subjetividade e a objetividade no campo social. In O. Furtado & F. L. González Rey (Eds.). Por uma epistemologia da subjetividade: um debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais. (pp.91-105). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Ghirardi, I. G. M., Lopes, S. R., Barros D. D. e Galvani, D. (2005). Vida nas ruas e cooperativismo: transitando pela produção de valores. Interface - Comunic, Saúde, Educ, v.9, n.18, p.601-10.

González Rey, F. L. (1997). Epistemologia cualitativa y subjetividad. São Paulo: Educ.

_____ (2002). Pesquisa qualitativa em psicologia. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

_____ (2003). Sujeito e Subjetividade. São Paulo: Thomsom.

_____. (2004) O social na psicologia e a psicologia social: a emergência do sujeito. Petrópolis, Vozes.

_____. (2005). Pesquisa qualitativa e subjetividade. São Paulo: Thomson.

Guareschi, P. A (2003). Pressupostos metafísicos e epistemológicos na pesquisa. **Psicologia Reflexão e Crítica**, 16 (2), Porto Alegre, RS. On-line: www.scielo.br. Acessado em: 25/11/05

Guattari, F. (1981). Revolução molecular: pulsações políticas do desejo. São Paulo, Brasiliense.

_____. (1991). As três ecologias. Campinas: Papirus.

_____. (1992). Caosmose: um novo paradigma estético. Rio de Janeiro, Editora 34.

Guattari, F. Rolnik, S. (1986). Micropolítica Cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes

Lolis, D. (1995). Formas de atuação com a população de rua. In C. M. M. Rosa (Ed.) População de rua Brasil e Canadá. (pp. 73-74). São Paulo: Hucitec.

Lopes, J. R. (2002) Pobreza, subjetividade e cidadania. Serviço social e sociedade

Magni, C.T. (1994). Nomadismo urbano: uma etnografia sobre os moradores de rua em Porto Alegre. Dissertação de mestrado em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Marx, K. (1973) O Capital. Rio de Janeiro: Zahar Editores

Mattos, R. M. e Ferreira, R. F. (2005). O idoso em situação de rua: Sísifo revisitado. Estudos de Psicologia (22, 1). Campinas.

Resende, A. C. A. (2001). Subjetividade em tempos de reificação: um tema para a psicologia social. In: Estudos: revista da Universidade Católica de Goiás, 28 (4), 501-811.

Neves, D. P. (1995) Comentários dos acessores sobre o perfil da população de rua. In C. M. M. Rosa (Ed.) População de rua Brasil e Canadá. (pp. 61-71). São Paulo: Hucitec.

Pastorini, A. (2003). Intervenções públicas para atender a pobreza e o assistencialismo na era FHC. Ser Social 12 (1) pp. 191 – 220.

Rosa, C. M. M. (1995). População de rua Brasil e Canadá. (pp. 85-90). São Paulo; Hucitec.

Rubinstein, S.L. (1963). El ser y la consciência: y, el pensamiento y los caminos de su investigacion. México, Editorial Grijalbo.

_____. (1972). Princípios de psicologia geral. Lisboa, Estampa.

Rubinstein, S.L., Wallon, H., Le Ny, J.F. (1965) Problemas de teoria psicológica. Buenos Aires, Proteo.

Santana, J. P., Doninelli, T. M., Frosi, R. V. & Koller, S. H. (2004). Instituições de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua. Psicologia e Sociedade, 16 (2), 59-70.

_____. (2005). Os adolescentes em situação de rua e as instituições de atendimento: utilização e reconhecimento de objetivos. Psicologia: Reflexão e Crítica. 18 (1), 134-142.

Santos, B. S. (1997) Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez.

Schor, S.M., & Artes, R. (2001). Primeiro censo dos moradores de rua da cidade de São Paulo: procedimentos metodológicos e resultados. Economia Aplicada, 5 (4), 861-83.

Silva, L.A. (2000). Cartografia da atenção à saúde da população de rua na cidade de São Paulo: um estudo exploratório. Dissertação de mestrado em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Snow, D., & Anderson, L. (1998). Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua. Petrópolis: Vozes.

Sposati, A. (1995) Comentários sobre a exposição de trabalhos no Seminário Nacional de População de Rua, In: ROSA, C. M. M. (Eds) População de rua Brasil e Canadá. (pp. 85-90). São Paulo; Hucitec.

Stoffels, M. G. (1977). Os mendigos na cidade de São Paulo. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Taveira, J.C., & Almeida, R.S.A. (2002). O morador de rua de Campo Grande: condições de vida. Campo Grande: UCDB.

Vargas, A. (1995). Formas de atuação com a população de rua. In C. M. M. Rosa (Eds.) População de Rua Brasil e Canadá. (pp. 74-75). São Paulo: Hucitec.

Viana, M. J. de F. (1998) A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil: estratégias de bem-estar e políticas públicas. Rio de Janeiro: Revan, UCAM, IUPERJ.

_____, M. J. de F. (2003). A assistência social no contexto do pluralismo de bem-estar: desinstitucionalização e conservadorismo. Ser Social (12), 59-86. Brasília, UNB.

Vieira, M.A.C. (1995). Pesquisa sobre o perfil da população de rua de São Paulo. In C.M.M. Rosa (Org.). População de rua: Brasil e Canadá (pp. 42-5). São Paulo: Hucitec.

Vieira, M.A.C., Bezerra, E.M.R., & Rosa, C.M.M. (1992). População de Rua: quem é, como vive, como é vista. São Paulo: Hucitec.

Vygotsky, L.S. (1988). A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo, Martins Fontes.

_____ (s.d.). Obras completas tomo cinco: Fundamentos de defectologia. Havana, Editorial Pueblo e Educacion.

Vygotsky, L.S., Romanovich, A., Leontiev, A.N. (1991). Linguagem desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo, Ícone: EDUSP

Yazbek, M.C., & Wanderley, M.B. (1992). A luta pela sobrevivência na cidade, os "homeless" ou "população de rua". In L.M. Bógus & L.E. Wanderley (Eds.). A luta pela cidade em São Paulo (pp.133-47). São Paulo: Cortez.